



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2025 a 31/07/2025

Assunto: "Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025" OR
"COP"

Documento 1/28

115.2025	Sessão Ordinária - CD	01/07/2025-19:56
Publ.: DCD - 02/07/2025 - 147	Sidney Leite-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da COP 30, que será realizada em Belém (PA), ressaltando que a discussão sobre a Amazônia deve refletir a realidade de seus habitantes e não tratá-los como vítimas. Defendeu a valorização da população local, investimento em ciência, tecnologia e inovação para promover emprego e qualidade de vida na região. Também criticou a falta de políticas públicas eficazes em saneamento, habitação e educação na Amazônia e enfatizou que sustentabilidade ambiental deve andar junto com o desenvolvimento social. Ao concluir, pediu protagonismo do Parlamento no debate para garantir soluções concretas ao bioma e às pessoas que vivem na região.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste semestre, o Brasil, a Amazônia, a cidade de Belém sediarão a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30. O local escolhido para esse debate sobre a biodiversidade no mundo é mais do que apropriado, mas, como amazônida, entendo que esse evento não pode ter um caráter romantizado. Por quê? Porque senão nós vamos ver as populações que vivem na Amazônia como meros coitados. A preservação desse bioma, bem como a sua consolidação dependem de homens e mulheres que vivem na Amazônia, esse território que representa 59% do território brasileiro, que tem mais de 5 milhões de quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 30 milhões de habitantes, espalhados por mais de setecentos Municípios.

Entendo que esse é um debate importante sobre o clima no planeta Terra, mas também, Deputado Charles Fernandes, sobre a Amazônia, é um debate verdadeiro de quem vive, de quem mora lá. A Amazônia não pode ser vista como um santuário ou como algo intocável, porque lá vivem homens, jovens e mulheres, que, como qualquer cidadão do planeta ou qualquer cidadão brasileiro, sonham e têm o desejo de viver com dignidade e com qualidade de vida. Por isso, entendo que esta será uma oportunidade única para os



amazônidas, para que sejam ouvidos, e com isso avancemos na pesquisa, na ciência, na tecnologia e na inovação, porque isso se faz necessário.

Não podemos ver a Amazônia como uma riqueza grande — e assim ela o é — e o seu povo viver de joelhos, na miséria. Isso não é justo, isso é extremamente contraditório num país continental como o Brasil. A Amazônia não se coloca só na condição de sua riqueza e biodiversidade. Ela tem soluções para si, para a sua população e para o povo brasileiro.

Digo isso, Deputado Charles Fernandes, porque hoje, pela Região Norte do Brasil, pela Amazônia, já é escoada 40% da produção brasileira de grãos. Essa é uma demonstração clara de que é possível, assim como é possível economizarmos em até 3 semanas o transporte dos produtos do agronegócio brasileiro vendidos para os países asiáticos, com destaque para a China, do que se saírem pelo Canal do Panamá, via Oceano Atlântico. Nós temos o Oceano Pacífico ao nosso lado.

Então, entendo que este é um importante o debate, mas é necessário que se tenha a compreensão de que essa biodiversidade, essa riqueza precisa ser algo palpável, para mudar a realidade e a qualidade de vida de quem vive na Amazônia. É necessário também que se tenha a compreensão de que é preciso priorizar as políticas públicas, porque não entendo que algo seja prioritário se não tem investimento, se não é cuidado. Vemos com tristeza Governos se alternarem aqui em Brasília, e nós continuarmos com índices nada positivos, seja em saneamento básico, seja em déficit habitacional, seja em investimentos em pesquisa, seja na ampliação da rede pública federal de ensino superior, seja na qualificação da nossa juventude e das populações tradicionais.

Por isso, insisto que esta é uma oportunidade única para o Brasil e para a Amazônia. Entendo, Sr. Presidente, que esta é uma oportunidade também para este Parlamento ter seu devido protagonismo, para representar a população brasileira neste evento e transformar a pesquisa e a inovação. A inovação tem que ocorrer lá na Amazônia, para gerar emprego, renda e oportunidades na região, aproveitando a matéria-prima e aquilo que já temos em termos de conhecimento tradicional, seja das populações indígenas, seja do homem da floresta de modo geral. É importante que este debate tenha uma vertente, que tenha preocupação essencial com aquele bioma e com o homem. Se não levarmos em consideração o homem, aquele bioma não terá sustentabilidade.

Hoje, na condição de coordenador da bancada do Norte, quero expressar essa preocupação, para que possamos ter a garantia de que o Estado brasileiro terá preocupação com a Amazônia, mas não só a preocupação do discurso, de que a Amazônia é bela, que a Amazônia é o pulmão do mundo, de que a Amazônia é a solução para muitos problemas da humanidade. Não. Nós queremos soluções práticas, nós queremos aproveitar tudo aquilo identificado, todas as soluções, seja estruturando cadeias produtivas, seja investindo nas grandes cidades que existem na Amazônia, e com isso efetivamente melhorar a qualidade de vida e garantir, Sr. Presidente, que não haja incompatibilidade entre sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. A incompatibilidade está



entre a miséria, a pobreza e a sustentabilidade ambiental.

Solicito que esta minha fala seja divulgada pelos meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Documento 2/28

127.2025	Sessão Ordinária - CD	09/07/2025-16:28
Publ.: DCD - 10/07/2025 - 96	Charles Fernandes-PSD -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado alertou para a gravidade da crise climática e defendeu ações urgentes diante de eventos extremos como secas, enchentes e incêndios. Criticou o negacionismo climático de líderes mundiais, citando a tragédia recente no Texas, onde mais de 110 pessoas morreram. Destacou a importância da COP 30, que ocorrerá em 2025 no Pará, como oportunidade para o Brasil liderar a transição para uma economia de baixo carbono. Defendeu também o envolvimento da sociedade no debate climático e cobrou dos países ricos o cumprimento das promessas de financiamento ambiental. Concluiu, afirmando que a COP 30 deve ser ponto de virada, com ações concretas e compromisso global com o futuro do planeta.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Lula da Fonte, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, vivemos um tempo em que o planeta nos ensina e nos envia sinais cada vez mais claros do desequilíbrio que está acontecendo.

O calor extremo, as secas prolongadas, as enchentes violentas, o avanço do mar sobre as cidades litorâneas, os incêndios florestais não são mais eventos isolados; são sintomas de uma crise global que atende pelo nome de mudanças climáticas. Esse fenômeno não é novo, mas nunca foi tão urgente a ação humana.

A emissão descontrolada de gases poluentes, o desmatamento desenfreado e a exploração excessiva dos recursos naturais estão provocando alterações profundas no clima da Terra. O resultado disso já é sentido no dia a dia de milhões de pessoas, principalmente nos países subdesenvolvidos, que são os primeiros a sofrer com as mudanças climáticas.

No Texas, no país mais rico do mundo, aconteceu, nesta semana, aquilo em que nem o seu Presidente acreditava. O Presidente Donald Trump é contra tudo que se fala em assinar ou fazer acordos sobre clima neste planeta. É a nação mais rica do mundo. Mais de 110 vidas já foram perdidas, sendo dezenas e



dezenas de crianças. Mesmo assim, pouco se viu pronunciamento do Presidente sobre a nova realidade das mudanças climáticas que estamos vivendo hoje no mundo.

A Amazônia é considerada o pulmão do mundo e sofre também com queimada e desmatamento. É nesse contexto que se aproxima a COP 30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, que acontecerá em novembro de 2025, aqui no nosso País, no Estado do Pará, o coração da Amazônia brasileira.

Será a primeira vez que evento de tamanha importância ocorrerá num país da América do Sul, um simbolismo poderoso.

O Brasil é o detentor da maior floresta tropical do mundo. Nós seremos palco mundial, nos próximos meses, desse encontro. A COP 30 será uma oportunidade de ouro para o Brasil assumir um papel de liderança global na transição para a economia de baixo carbono. Temos tudo para isso: sol, vento, água, biodiversidade, conhecimentos tradicionais e uma sociedade cada vez mais consciente. Podemos ser protagonistas da solução desde que haja vontade política e investimentos públicos e privados. E precisamos, acima de tudo, que os países mais ricos pensem juntos no futuro deste planeta, pensem juntos no futuro das gerações que estão vindo por aí.

Na COP 30, precisamos não só discutir metas, mas também ações concretas, porque precisamos garantir que os países desenvolvidos cumpram suas promessas de financiamento climático para os países em desenvolvimento.

Acima de tudo, precisamos envolver a sociedade. O debate sobre o clima não pode ficar restrito a salas fechadas. Ele tem que chegar às escolas, às igrejas, às empresas, às comunidades, ao campo e às periferias das grandes cidades.

A crise climática é o maior desafio da nossa era e é também uma oportunidade sem precedentes para mudarmos o rumo da nossa humanidade, para mudarmos o rumo da história deste planeta.

A COP 30 pode e deve ser o ponto de virada para tudo isso que está acontecendo, porque o que está em jogo é o nosso futuro, é o futuro dos nossos filhos, é o futuro do nosso planeta.

Presidente Trump, o senhor é o Presidente do país mais rico e negacionista em relação à crise climática. Repense as suas ações, porque a crise bateu às portas do seu país essa semana, como está batendo às portas de qualquer país.

Agradeço, nobre Presidente, a atenção de V.Exa. e peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa este pronunciamento.

Obrigado.



Documento 3/28

134.2025	Sessão Ordinária - CD	15/07/2025-14:52
Publ.: DCD - 16/07/2025 - 61	Clodoaldo Magalhães-PV -PE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado fez um apelo ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira para que rejeitem o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, conhecido como “PL da devastação”, por representar sérios riscos ao licenciamento ambiental e à preservação de biomas como a Mata Atlântica. Argumentou que a proposta compromete o equilíbrio entre desenvolvimento e proteção ambiental, e contraria a vocação do Brasil como potência em energias alternativas. Lembrou ainda que a realização da COP 30 em Belém (PA) exige responsabilidade ambiental e compromisso com a sustentabilidade. Por fim, alertou para os impactos do PL na saúde da população e nas futuras gerações, diante do avanço de eventos climáticos extremos.

O SR. CLODOALDO MAGALHÃES (Bloco/PV - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, venho a esta tribuna na tarde de hoje para tentar sensibilizar o Congresso Nacional e a sociedade brasileira em relação ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021. Ele tramita na Casa desde o ano de 2021 e é conhecido como "PL da devastação".

O projeto amadureceu nesta Casa, mas, ao longo de 4 anos, vem sofrendo resistência para ser pautado, exatamente pela falsa dicotomia entre desenvolvimento e preservação da natureza.

Nós não temos como avançar como País sustentável — com a imagem, a capacidade e a janela de oportunidade que o Brasil tem hoje para ser um grande produtor de energias alternativas, o que já é — e, muito mais, com a COP 30 neste ano, em Belém, com um projeto que vem apenas para devastar, que esquece a prudência e a ciência.

O apelo na tarde de hoje é no sentido de que nos juntemos à sociedade brasileira para que ainda possamos salvaguardar algo no texto que chega do Senado com mais alterações de devastação, que comprometem a nossa Mata Atlântica e o licenciamento ambiental, eixo central da preservação da nossa ecologia, dos nossos biomas, da nossa população. O projeto não compromete somente aquilo que a ciência e os ambientalistas trazem para a sociedade brasileira e mundial, mas, em especial, o nosso ambiente, a vida, a saúde da nossa população atualmente e o mundo que nós entregaremos às crianças, às



próximas gerações.

Os eventos climáticos extremos anunciam-se a cada dia mais já na atualidade, e o Brasil precisa, nesta Casa, ressoar o que a sociedade brasileira e mundial entendem, *vis-à-vis* à ciência, de que nós precisamos preservar e dar sustentabilidade ao desenvolvimento do País.

É isso que eu quero trazer na tarde de hoje, Sr. Presidente. E peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja reproduzido em todos os canais de comunicação da Casa.

Documento 4/28

135.2025	Sessão Ordinária	16/07/2025-09:24
	- CD	
Publ.: DCD	- Talíria Petrone-PSOL -RJ	
17/07/2025 - 13		
	COMISSÃO GERAL	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DISCURSO

Sumário

A Presidente da Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro, destacou a urgência de ações diante do colapso climático com eventos extremos como enchentes, secas e calor recorde afetando desproporcionalmente populações periféricas, indígenas e quilombolas. Criticou a inação política e projetos como o "PL da Devastação", que agravam a crise, e alertou que o Brasil será vitrine global em 2025, mas precisa escolher entre ser símbolo de justiça climática ou de destruição. Além disso, defendeu medidas como a ratificação do Acordo de Escazú, regulamentação transparente do financiamento climático e prioridade a territórios vulneráveis. Propôs ainda a criação de um espaço parlamentar na COP 30 para garantir que legisladores globais liderem soluções, convidando colegas a assinarem uma carta por essa demanda. Por fim, enfatizou que a transição justa não é utopia, mas sobrevivência, e conclamou o Congresso a decidir se será cúmplice da omissão ou protagonista da salvação planetária.

A SRA. PRESIDENTE (Talíria Petrone. Bloco/PSOL - RJ) - Esta Comissão Geral tem a finalidade de debater a COP 30, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro.

O tempo reservado a cada um dos expositores será de 3 minutos. Eu até peço desculpas, porque o combinado eram 5 minutos, mas, como a sessão de hoje foi antecipada, vamos ter que reduzir esse tempo. Em seguida, falarão as Sras.



Líderes e os Srs. Líderes, pelo mesmo tempo, e depois os demais Parlamentares.

A COP 30 acontece no Brasil num momento muito importante globalmente, em que precisamos enfrentar os desafios de um colapso climático em curso, que chega com muita força no território brasileiro. Cada vez mais, eventos extremos, como secas, enchentes, muita chuva num curto espaço de tempo, calor extremo, são mais intensos e frequentes.

Aquecimento global, emergência climática, isso não é mais algo do mundo das ideias, é algo da realidade, está acontecendo agora.

As consequências são muito duras especialmente para quem vive nas periferias, nas favelas Brasil afora. O Brasil é muito potente, tem proporções continentais, mas ainda é bastante desigual. As consequências do avanço desse drama climático, do aquecimento global chegam também de forma desigual nos diferentes territórios e nos diversos corpos brasileiros.

Permitam-me ler rapidamente aqui uma mensagem.

O que estamos esperando para agir? Estamos esperando mais uma enchente? Estamos esperando a próxima floresta virar cinza? Estamos esperando mais um corpo sem vida?

Colegas Parlamentares, amigas e amigos que nos acompanham, estamos diante de um período histórico e trágico ao mesmo tempo. Em novembro, o Brasil será vitrine para o mundo inteiro na COP 30, em Belém do Pará, mas o que vamos mostrar ao mundo? O Brasil da devastação ou o Brasil da justiça climática?

A Amazônia está ardendo, o Rio Grande do Sul ainda conta os seus mortos depois de ter sofrido mais uma enchente. O povo negro e periférico não tem como mitigar os efeitos do calor extremo. E, neste Parlamento, infelizmente, avança o PL da devastação. Isso é escolha política e, lamentavelmente, é crime contra a vida.

Falo aqui como mulher negra, ambientalista, socialista. Falo como quem conhece a dor das comunidades que não foram ouvidas. A crise climática também tem cor, tem território, tem gênero. Quem nega isso está, infelizmente, do lado daqueles que lucram com a destruição.

Quem tem coragem de olhar nos olhos de uma mãe que perdeu o filho numa enchente e dizer que não se podia prever esse evento climático, num cenário de emergência climática em que a ciência, os indicadores nos mostram que essa é uma realidade? Todos os anos, escutamos declarações como esta: *"Choveu mais do que o esperado. O que era para chover no mês inteiro choveu em 1 dia"*. Isso pode ser previsto, conforme o que a ciência nos tem mostrado.

É mentira dizer que não sabíamos. Os alertas vieram, chegam todos os dias.



Vieram com as fumaças que cobriram Brasília, com os corais mortos no Nordeste, com o calor insuportável nas periferias dos grandes centros urbanos. Vieram com os dados da ONU, da ciência, das universidades. Apesar da tentativa de se negar a ciência, ela aponta as urgências para estes tempos.

Mesmo assim, ainda se escolhe cortar árvores e não diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Ainda se escolhe perfurar poços e não se investir em energia limpa. Ainda se escolhe parte do agronegócio predador e não a agricultura familiar. Ainda se escolhe o lucro agora, que depois, infelizmente, provoca morte.

Transição climática justa não é utopia. Não pode mais ser utopia. Ela já foi utopia, mas, neste momento, é urgência. E ela começa também aqui dentro, no Congresso Nacional.

Do que precisamos? Ratificar o Acordo de Escazú, para garantir o direito de saber, decidir e viver. Regulamentar o financiamento climático com transparência e prioridade para os territórios mais vulneráveis. Garantir que os recursos internacionais articulados na COP 30 cheguem aonde a dor está: nas favelas, nos quilombos, nas aldeias, nos assentamentos e também em territórios que são os principais protetores, como os territórios indígenas, dos nossos biomas. Fortalecer ações de mitigação e adaptação em ambientes de trabalho, estudo nas comunidades, entre tantas outras possibilidades.

Por isso, a criação de um espaço parlamentar na COP 30 e na UFCCC, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, para que os Parlamentos não sejam cúmplices da omissão e possam atuar na liderança de soluções, é fundamental, considerando o nosso papel nos Estados democráticos.

Aproveito a oportunidade, colegas, para reforçar o convite para que assinem a carta ao Presidente da COP 30, que reforça a solicitação internacional por um espaço parlamentar no evento, um espaço para troca de ideias e para debate entre Parlamentares de diferentes nações. Nós bem sabemos que muitas coisas, para avançarem no Executivo, e não só no Brasil, dependem do Congresso Nacional. Portanto, não é um detalhe um espaço para Parlamentares nesse evento tão importante.

Este Parlamento precisa decidir se vai entrar para a história como cúmplice da destruição ou como protagonista da salvação do planeta. Sabemos de que lado nós estamos.

Estamos do lado da vida, das mulheres que carregam água no balde e esperança no peito, do lado das crianças que têm direito a um futuro respirável, crianças como a minha filha Moana, o meu filho Kalu, do lado das florestas que ainda resistem e que são fundamentais para a garantia desse futuro.

A COP 30 pode e precisa ser a COP da virada — talvez, essa seja a nossa última chance —, mas, para virar, a gente precisa parar de girar em torno de



uma exploração da natureza que sustenta o capital que fica nas mãos de poucos, que infelizmente mata, e começar a girar em direção à vida que pulsa.

Vamos fazer do Brasil o País da justiça climática, porque sem justiça não há futuro e o futuro é agora.

Então, minha gente, dito isso, vamos escutar as indicações partidárias para tratar desse tema tão importante, num momento em que o Brasil recebe um dos eventos globais mais importantes, talvez, para garantir a existência de vida nesse planeta no próximo período.

Eu não vou ficar falando o tempo todo, não. Vamos tentar cumprir o tempo, porque haverá uma sessão depois e a gente vai ter que acabar mais cedo.

Tem a palavra, por 3 minutos, o Sr. Eduardo Brito Bastos, CEO do Instituto Equilíbrio e Presidente da Câmara de Carbono do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Mapa.

Obrigada, Eduardo.

Documento 5/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-09:32
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 15	Eduardo Brito Bastos---	---
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O CEO do Instituto Equilíbrio e Presidente da Câmara de Carbono do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento discursou na Comissão Geral para debater Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Destacou o papel do Brasil no combate às crises climática, alimentar e energética, ressaltando a necessidade de apoio internacional para financiar a transição sustentável. Pontuou que, enquanto 80% das emissões globais vêm de combustíveis fósseis, no Brasil estão ligadas ao uso da terra (50%) e à agricultura (25%), exigindo soluções específicas, como o fim do desmatamento e a expansão da agricultura regenerativa. Enfatizou também a liderança brasileira em biocombustíveis e a importância de investir em pesquisa e inovação para validar tecnologias tropicais. Por fim, defendeu que a COP 30 deve reconhecer essas particularidades e ampliar mercados, como o de carbono, para viabilizar a transição justa.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS - Bom dia. Obrigada, Deputada.



Parabéns pela condução dos trabalhos!

É uma alegria muito grande estar aqui falando em nome da Câmara do Carbono, que eu presido lá no Ministério da Agricultura, para dizer que o que o mundo tem pedido ao Brasil, nesses últimos anos, é que este País ajude a combater a insegurança climática, a insegurança alimentar e a insegurança energética. E o que o Brasil tem pedido ao mundo? A gente tem pedido recursos para poder fazer essa transição, mas, na verdade, nenhum Governo no mundo quase tem espaço fiscal para fazer isso. Então, nós precisamos que o mundo cumpra a promessa de apoiar essa transição, que o mundo nos ajude a ampliar mercados, acesso a mercados, inclusive mercados de carbono e reconhecimento da tropicalização.

Quando a gente olha as emissões no mundo, aproximadamente 80% delas vêm de combustíveis fósseis. No Brasil, praticamente 80% das emissões vêm do uso da terra, aproximadamente 50%, do desmatamento, e 25%, da agricultura. Então, o olhar tropical é muito importante para que o mundo compreenda que as soluções que o Brasil precisa não são as mesmas que outros países precisam.

Outros países podem discutir eletrificação de carro, isolamento térmico de casa, aquecedor, mas não são essas as nossas teses, não são esses os nossos temas. O que nós temos que fazer, na COP para a COP e além da COP, é zerar o desmatamento — isso é urgente — e, em paralelo, implementar, cada vez mais, uma agricultura dinâmica feita em cima de regeneração.

Nós temos uma agenda muito interessante no Brasil. Este País lidera essa agenda de biocombustíveis, que são uma solução sustentável de longo prazo para a substituição de fóssil, e a gente tem que entender que isso é uma superoportunidade.

Temos que investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Sem ela dificilmente vamos conseguir provar para o mundo que nós temos uma tecnologia que é tropical, que é diferente, mas que funciona e pode trazer benefícios. O mundo precisa, o Brasil merece, e cada um de nós, tenho certeza, Deputada, pode e vai fazer.

Muito obrigado.

Documento 6/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-09:36
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 16	Zilda Costa--- ---	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

A Vice-Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD)



discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Destacou o papel da entidade no fomento à energia renovável descentralizada, que já atende 3,7 milhões de unidades consumidoras, equivalente a duas vezes a potência de Itaipu. Ressaltou atuação em sistemas isolados da Amazônia, com projetos como o Interligada, que fortalece os ODS de igualdade de gênero, energia limpa e acessível. Enalteceu também a liderança feminina na COP 30. Além disso, defendeu a geração distribuída como principal programa de descarbonização do Brasil, citando avanços como armazenamento por baterias, microrredes e veículos elétricos. Por fim, reforçou o compromisso da ABGD com inovação tecnológica, segurança energética e justiça social, apoiando a democratização da energia limpa.

A SRA. ZILDA COSTA - Bom dia.

Eu sou Zilda Costa e gostaria de saudar esta Casa, o Presidente Hugo Motta e a Deputada Talíria Petrone, que está presidindo esta Comissão.

Vou pedir permissão para ler porque 3 minutos são bem corridos.

Sou Vice-Presidente da ABGD — Associação Brasileira de Geração Distribuída, que represento.

Eu gostaria de fazer uma breve apresentação da ABGD, uma associação de empresas e empreendedores com a atividade principal de desenvolver a geração de energia distribuída com energias renováveis no País. Nós representamos 3 milhões e 701 mil unidades consumidoras. Isso significa 41 gigas de potência, duas Itaipus, eu gostaria de repetir. Cada pessoa que gera sua própria energia representa hoje o tamanho da potência instalada de duas vezes uma Itaipu. A ABGD também atua fortemente nos sistemas isolados da Amazônia, em regiões remotas desconectadas do *grid*, fazendo essa atuação com baterias, com profissionais do futuro e com o Projeto Interligada, que fortalece os ODS de igualdade de gênero, energia limpa e acessível.

Aproveito para chamar a atenção para as mulheres que estão liderando o debate da COP 30 — em especial parabeno o trabalho de Ana Toni. Esses programas são respostas concretas da ABGD à necessidade de transição energética com justiça social e equidade de gênero.

A nossa contribuição para esta Casa hoje é apoiar os esforços desta Comissão com quase 4 milhões de unidades consumidoras que produzem sua própria energia renovável em suas casas e seus escritórios de forma remota ou em suas fábricas e compartilham esses excedentes de geração de eletricidade verde.

Eu gostaria de dizer que a GD é o maior programa de descarbonização do País. O Brasil será em pouquíssimos anos capaz de incentivar a produção de energia em todas as residências do País e terá sua própria microgeração de energia



limpa e descarbonizada, despachando o excedente. Isso significa o crescimento dos recursos energéticos distribuídos com armazenamento por bateria, microrrede, veículos elétricos e outros, o que favorecerá a segurança energética e o fortalecimento do setor elétrico brasileiro.

Estamos nós na ABGD, há 10 anos, investindo recursos privados em inovação tecnológica e diversificação da matriz energética brasileira. Isso é transição energética e descarbonização.

Eu gostaria de finalizar dizendo que a ABGD apoia os trabalhos desta Casa rumo à democratização da energia e descarbonização da sua geração descentralizada. Esse modelo de infraestrutura é do que a nossa sociedade precisa. Ela está profundamente engajada na justiça social, igualdade, transparência e independência da energia.

Obrigada.

Documento 7/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-09:40
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 17	Natalie Unterstell---	---
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

A Presidente do Instituto Talanoa discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Destacou que o Brasil se aproxima da COP 30 com um desafio crucial: demonstrar credibilidade na liderança climática ou arriscar perder sua posição global. Criticou a nova forma de negacionismo climático, que agora questiona as soluções em vez dos fatos, atacando energias renováveis e veículos elétricos como inviáveis. Ressaltou que a transição energética já avança globalmente, com custos da energia solar e eólica 80% menores e baterias mais acessíveis, tornando a solar a fonte mais barata. Alertou ainda que a política brasileira está atrasada nesse movimento, enquanto setores como indústria e agricultura já se adaptam. Apontou também três graves defasagens globais: metas climáticas insuficientes (que levam a 2,6°C de aquecimento), incoerência entre promessas e expansão de combustíveis fósseis, e a dura realidade de já termos ultrapassado 1,5°C de aquecimento em 2023. Concluiu com um apelo ao Congresso, que deve decidir entre fortalecer sua liderança ambiental ou enfraquecer o licenciamento às vésperas da COP 30, lembrando que o mundo observará atentamente as escolhas do Brasil neste momento decisivo.



A SRA. NATALIE UNTERSTELL - Bom dia a todos.

Obrigada, Sra. Deputada, senhoras e senhores aqui presentes.

Faltam menos de 120 dias para a COP 30, e o Brasil vai receber o mundo no coração da Amazônia. E o que vai estar em jogo não é discurso, é credibilidade, não é mesmo? E o mundo quer saber: o Brasil está pronto para liderar ou ele vai recuar? É sobre isso que nós precisamos nos debruçar hoje.

Vale lembrar que o negacionismo climático mudou de tática, não é mais sobre negar os fatos, agora ele ataca as soluções: diz que é tarde, que nada funciona, que é melhor manter tudo como está. E, por isso, ele ataca as renováveis, ele ataca os carros elétricos, ele ataca até o otimismo como ferramenta política. Isso paralisa, isso confunde, isso protege o atraso.

Mas a verdade é outra: a transição já começou, e ela está acelerando mundo afora. A energia solar tem preços hoje mais de 80% menores, a eólica também, as baterias estão se espalhando com custos muito baixos, e hoje a fonte energética mais barata já é a solar.

Então, a indústria já se moveu, a agricultura está se movendo, o capital também. Quem está atrasado é a política, e é aqui que entra esta Casa. A COP 30 será um teste. Nós vamos liderar ou vamos travar a transição do Brasil e do mundo?

O mundo hoje tem três grandes lacunas muito perigosas, não é? A primeira são as metas, que estão muito fracas. A gente ainda está em um caminho de 2,6 graus de aquecimento. Nós também temos uma lacuna de incoerência, porque a promessa de redução de emissões vem acompanhada hoje com o aumento da produção fóssil. Isso não faz sentido algum.

Por fim, a realidade é ignorada. Nós passamos de um grau e meio no ano passado — o impacto já chegou — e nós não podemos mais empurrar com a barriga, não é mesmo? O Brasil ou vai mostrar responsabilidade agora ou nós perderemos nossa posição, nosso respeito e nosso futuro.

Esta Casa tem dois caminhos, e são dois caminhos, hoje, muito presentes: um é ser lembrada por abrir espaço para a transformação ou por enfraquecer o licenciamento ambiental às vésperas da COP.

Eu finalizo dizendo que o mundo está olhando, o povo brasileiro também. É hora de esta Casa escolher que papel e que legado quer deixar.

Muito obrigada.



135.2025

Publ.: DCD - 17/07/2025 - 18

Sessão Ordinária - CD

16/07/2025-09:44

Fernando Perrone--- ---

COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

O Diretor-Geral do Instituto Nacional de Eficiência Energética discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Destacou os principais desafios ambientais do Brasil: desmatamento, gestão de resíduos, poluição e eventos climáticos extremos. Relembrou sua participação em discussões sobre economia de baixo carbono no BRICS há 16 anos, enfatizando três pilares estratégicos (energia, suprimento urbano e uso do solo) que permanecem atuais. Enfatizou também que o Brasil possui matriz elétrica 88% renovável, mas enfrenta desafios na ponta do sistema, ainda dependente de termelétricas poluentes. Apontou soluções como armazenamento hidráulico, usinas reversíveis e baterias, além da necessidade de expandir grids de transmissão. Além disso, propôs focar na eficiência energética (setores industrial, de edificações e transportes) e nos biocombustíveis, considerando a vocação natural do País. Finalizou agradecendo Parlamentares pelo apoio à eficiência energética e pela derrubada do veto à Lei 14.514, de 2022, que garantiu investimentos em P&D, colocando o Instituto à disposição para contribuir com a COP 30 em Belém (PA).

O SR. FERNANDO PERRONE - Bom dia, senhoras e senhores. Eu agradeço ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, pelo honroso convite feito ao Instituto Nacional de Eficiência Energética, em nome de quem saúdo as Deputadas, os Deputados e as autoridades aqui presentes.

Nós temos alguns desafios ambientais que eu vou me atrever a sintetizar em algumas áreas, de maneira geral, para contextualizar o que nós iremos discutir e propor nesta audiência: a questão do desmatamento; a geração de resíduos, tendo como depósito de lixo a céu aberto, principalmente resíduos sólidos urbanos, principalmente em cidades; a poluição da água, do ar e do solo; queimadas, inundações e outros eventos climáticos que assolam não só o Brasil, mas o mundo.

Eu gostaria de endereçar essas questões para três grandes áreas de atuação que, inclusive, eu vivi junto com outras oito pessoas, em 2009, convidados pelo governo da Alemanha — governo à época da Ministra Angela Merkel —, com apoio do Ministério de Economia, que tratava da questão de energia na Alemanha, e do Meio Ambiente. O tema era, em abril de 2009, há 16 anos, economia de baixo carbono, reunindo os países membros do BRICS. E eu tive a honra de estar presente e debater três itens que permeiam essa área de atuação que eu mencionei, que eram a questão de energia, o suprimento de energia a cidades e reflorestamento e uso do solo. Então, os senhores veem que



esse problema já vem sendo discutido e era fomentado pelo governo da Alemanha há 16 anos.

Eu tenho 48 anos na área de energia e atuei, porque se refletia nas duas áreas, nesse pilar, nessa área de cidades e no suprimento de energia nessa ocasião. Do uso do solo, estavam representantes aqui do Brasil, da Embrapa e outras instituições da Região Amazônica, e eu não participei dessas discussões.

Como fruto disso, nós construímos o primeiro e único, até agora, Plano Nacional de Eficiência Energética. Enquanto o mundo hoje, a Agência Internacional de Energia, já coloca a eficiência energética como o primeiro combustível do mundo — o que tem menor custo de investimento com maior retorno —, nós constituímos, em 2011, o Plano Nacional de Eficiência Energética. Mas aqui nós estamos tratando o tema principal, visando à COP, de uma transição energética inclusiva e justa. Eu costumo dizer que ela tem que ser inclusiva e justa para que o brasileiro não pague a conta sozinho, como consumidor ou como contribuinte.

Nós estamos vivendo, hoje, um problema no setor elétrico brasileiro relacionado à sobra de energia, como já foi dito anteriormente. Usando uma métrica muito utilizada para a eficiência energética, que é a comparação com a produção da Usina de Itaipu, temos 52 gigawatts de potência instalada, o que corresponde a quatro Itaipus, considerando tanto a geração concentrada quanto a geração distribuída, no sistema fotovoltaico.

Nós temos um problema crítico do lado da demanda para o atendimento à ponta. Para quem não é do setor, o atendimento à ponta é feito, basicamente, com a resposta rápida de usinas termoeletricas — a carvão ou a óleo —, que são emissoras de gases de efeito estufa no processo de produção de energia. Podemos dizer, com orgulho, que, no Brasil, a nossa matriz energética global é composta por 48% de fontes renováveis. Já a matriz exclusivamente elétrica é composta por 88% de fontes renováveis.

O que nós temos que fazer, em termos de suprimento de energia, para levar eletricidade e energia a todos os brasileiros? Nós temos que trabalhar fortemente — como já foi dito aqui — na questão do armazenamento de energia hidráulica. Temos que retomar a discussão sobre a reservação de energia por meio de usinas reversíveis e o armazenamento químico, por meio de baterias de largo uso.

Outro pilar fundamental de que o Brasil precisa, com essa expansão da oferta, é a questão dos *grids*, ou seja, os sistemas de transmissão e os sistemas de distribuição, para aumentar a confiabilidade e também a flexibilidade na operação, pois o Operador Nacional do Sistema está vivendo maus momentos com a atual situação energética brasileira.

Eu gostaria de fazer um endereçamento, exatamente como proposição para essa agenda na COP 30, diante dos desafios ambientais em curso aqui no Parlamento. Quero comentar que nós podemos trabalhar em dois pilares



fundamentais, já contextualizados. No campo da eficiência energética, a Agência Internacional de Energia considera três pilares: a indústria, as edificações e o transporte.

A SRA. PRESIDENTE (Talíria Petrone. Bloco/PSOL - RJ) - Peço que encaminhe para a conclusão, por favor.

O SR. FERNANDO PERRONE - O.k.

Na questão do transporte, é fundamental que a gente valorize a vocação brasileira de substituir ou reduzir as emissões e descarbonizar o setor de transporte por meio dos biocombustíveis. Isso é uma evolução natural, e nós temos essa vocação.

Por fim, eu queria agradecer, também, a defesa da eficiência energética e da inserção dos biocombustíveis — que está no nosso DNA — ao Deputado Bandeira de Mello, Vice-Presidente de Eficiência Energética da Frente Parlamentar Mista de Recursos Naturais e Energia; ao Deputado Carlos Zarattini; ao Deputado Bibó Nunes; ao Deputado Evair Vieira de Melo; ao Deputado Fábio Schiochet; e ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente do Senado e Presidente da Frente Parlamentar Mista de Recursos Naturais e Energia.

Por último, agradeço a esta Câmara dos Deputados pelo veto, no ano passado, à Lei nº 14.514, de 2022, que assegurou a continuidade dos investimentos de forma paritária nos programas de eficiência energética e P&D.

A SRA. PRESIDENTE (Talíria Petrone. Bloco/PSOL - RJ) - Peço que conclua, por favor.

O SR. FERNANDO PERRONE - Na Câmara, esse veto foi derrubado com 95% dos votos e, no Senado, com 98%. Só um Senador não votou pela derrubada do veto.

Eu agradeço e coloco o Instituto Nacional de Eficiência Energética à disposição para contribuir com esse grande compromisso.

Belém, no Pará, vai hospedar a próxima COP 30, que tem, como já foi dito, o desafio de o Brasil ser o protagonista em termos energéticos dessa COP.

Obrigado a todos pela atenção.



Sumário

O Pesquisador em Mudanças Climáticas da Universidade Federal de Pernambuco, discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Destacou a importância do poder público na prevenção de tragédias climáticas, citando os casos do Rio Grande do Sul e do Texas como exemplos de falhas na manutenção de sistemas de proteção. Com base em sua experiência como Secretário de Meio Ambiente de Pernambuco e participante em três COPs, enfatizou a necessidade de mudança de paradigma no tratamento das questões climáticas. Criticou o modelo capitalista por priorizar o lucro individual em detrimento do equilíbrio ambiental e humano, defendendo uma abordagem que coloque as pessoas e o planeta no centro das decisões. Ressaltou ainda iniciativas bem-sucedidas em Pernambuco, como a erradicação de lixões em dez anos e a implementação de um plano de descarbonização até 2050. Além disso, sobre a COP 30, argumentou que o Brasil deve avançar na neutralização de emissões, mencionando um Projeto de lei em discussão que busca equilibrar uso sustentável e conservação da natureza. Concluiu reforçando que a ciência oferece soluções, mas a verdadeira mudança requer um novo paradigma que valorize a preservação ambiental e a sobrevivência humana.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BERTOTTI - Bom dia a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a Deputada Talíria Petrone por presidir esta sessão e pela iniciativa. Também cumprimento todos os que me antecederam.

A presença dessas pessoas dá uma demonstração da complexidade do assunto que está sendo tratado.

Se me permite, Deputada, quero cumprimentá-la também pela sua apresentação inicial, à qual eu gostaria de acrescentar o papel do poder público.

Para além da tragédia do Rio Grande do Sul relacionada à questão das mudanças climáticas, verificou-se que o poder público desempenhou um papel fundamental. O Estado praticamente foi destruído, por falta de manutenção, de um sistema de prevenção às cheias, com as comportas e em virtude de o Departamento Municipal de Água e Esgoto estar sucateado.

A triste tragédia também se viveu nos Estados Unidos, no Texas. Centenas de pessoas também perderam suas vidas por responsabilidade da administração central do Presidente Trump, que destruiu o sistema de prevenção.

Quero dizer da complexidade dessa questão e do olhar para a COP 30.

Tive a oportunidade de participar como Secretário Estadual de Meio Ambiente



de Pernambuco de três COPs: uma em Madri, que era para ter sido em Santiago do Chile, mas o planeta deu um recado e não pôde acontecer; a de Glasgow e também a de Sharm El Sheikh.

Evidentemente as COPs são momentos importantes. A questão é a mudança de paradigma. Colocam a nossa população e os trabalhadores como sendo objeto de exploração. Não contente com isso, ao longo dos últimos séculos, tem colocado a natureza no nível do esgotamento.

Na experiência que tive como Secretário de Meio Ambiente, focamos na questão da extinção, do envio de lixo para lixões no Estado de Pernambuco. Obtivemos êxito não em uma gestão, mas em 10 anos. Também deixamos um modo articulado de um plano estadual, com vistas à mitigação de gases de efeito estufa até 2050, no plano de descarbonização.

Acho que tem que ser foco, junto com a mudança de paradigma, que o lucro acumulado individualmente é o que tem sido o causador das mudanças climáticas, ou seja, a mudança de paradigma tem nome. O capitalismo não olha o ser humano como parte integrante do planeta.

Acho que o Brasil dá sua contribuição, mas pode avançar, desde que a gente consiga neutralizar as nossas emissões. Há um PL que está sendo votado olhando para o equilíbrio do uso sustentável da nossa natureza e da necessidade da conservação e também para o balanço energético que o Brasil tem, mas fundamentalmente olhando para um plano que identifique nesse processo de descarbonização uma necessidade para o Brasil e para o planeta.

Com isso eu concluo a minha intervenção, para ficar nos 3 minutos. O tema é bastante complexo, e o desafio que a Deputada Talíria nos coloca é grande, mas não é só dela e não é só nosso; é do Brasil e é do planeta.

Eu agradeço a oportunidade de falar aqui.

Eu acho que a ciência tem respostas, mas a mudança se dá em torno de um paradigma que olhe o planeta e as pessoas como um centro e também olhe aquilo que precisa ser preservado, aquilo que é necessário para a nossa sobrevivência.

Agradeço a todos pela oportunidade. Muito obrigado.

Documento 10/28

135.2025

Publ.: DCD - 17/07/2025 - 22

Sessão Ordinária - CD

Sarah Darcie--- ---

COMISSÃO GERAL

16/07/2025-09:56

COMISSÃO GERAL
DISCURSO



Sumário

A Representante do Instituto Clima de Política discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Apresentou o Programa de Diplomacia Parlamentar para a COP 30, voltado ao fortalecimento da atuação legislativa na agenda climática. Destacou também a articulação da carta de Parlamentares à Presidência da COP 30, que reúne mais de oitenta assinaturas e solicita o reconhecimento formal de uma *constituency* parlamentar na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Argumentou que esse reconhecimento ampliaria a autonomia legislativa nas negociações e fundamentou o pedido em quatro pontos: a tradução dos compromissos internacionais para a política nacional, a legitimidade representativa, a continuidade institucional e o acesso a espaços de incidência mesmo em contextos políticos adversos. Além disso, assinalou que o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021 (conhecido como PL da devastação), representa um risco diplomático por contrariar acordos internacionais. Por fim, reforçou a importância do protagonismo do Parlamento para garantir uma transição climática justa, responsável e alinhada à Constituição e aos compromissos globais.

A SRA. SARAH DARCIE - Bom dia, gente. Tudo bem?

Eu sou a Sarah, do Instituto Clima de Política, uma organização que atua com *advocacy* climático junto aos legisladores para promover a transição climática justa no Brasil.

Eu gostaria de fazer minha fala no sentido de trazer algumas iniciativas que a gente tem articulado para isso.

Em maio, a gente lançou o Programa de Diplomacia Parlamentar para a COP 30, o qual tem como objetivo preparar e fortalecer os Parlamentares para a atuação tanto na COP quanto na agenda da política climática nacional.

A gente já conta com mais de 150 Parlamentares nesse programa, mas um dos principais entraves e uma das principais demandas para promover essa participação efetiva dos Parlamentares é a formalização de uma *constituency* parlamentar na UNFCCC — Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Hoje os Parlamentares são um grupo informal dentro da Convenção do Clima, e isso acaba limitando a autonomia e a possibilidade de atuação deles. Nesse sentido, a gente, junto com a Plataforma Cipó e a GLOBE Legislators, apoiou e articulou essa carta mencionada pela Deputada Talíria, que é uma carta dos Parlamentares para a Presidência da COP 30. A carta já conta com mais de oitenta assinaturas de Parlamentares brasileiros, de todo o Brasil, de catorze partidos políticos diferentes, e pede por esse reconhecimento formal do papel dos Parlamentares na governança de clima, por meio da formalização



da *constituency*.

Esse pedido fundamenta-se em quatro principais argumentos, que a gente gostaria de trazer.

O primeiro é o papel dos Parlamentares na tradução dos compromissos internacionais brasileiros para a política nacional, especialmente neste momento em que a gente está atualizando a NDC e as políticas nacionais de clima. O PL da devastação é um exemplo de como o Parlamento pode contrariar ou fortalecer os compromissos internacionais. Esse PL representa um risco diplomático para o Brasil, justamente por ameaçar uma série de acordos internacionais.

O segundo é o papel dos Parlamentares na articulação política, porque eles têm uma posição privilegiada de acesso à sociedade civil e representam a população legitimamente, por meio do voto.

Em terceiro lugar, a gente destaca a importância dos Parlamentares na continuidade dos processos políticos e dos compromissos climáticos, no sentido de, inclusive em momentos de transição política, serem os representantes que geralmente permanecem mais tempo no Governo, em comparação com os representantes do Poder Executivo.

Por fim, o quarto argumento é fortalecer a ideia de que, com uma *constituency* formalizada, esses Parlamentares teriam acesso aos espaços de incidência nas negociações de clima, mesmo em momentos de fechamento, de retrocesso e negacionismo no Poder Executivo, como nós já vimos em momentos recentes da nossa política.

Por tudo isso, é urgente a gente fortalecer e reconhecer o protagonismo do Legislativo na agenda climática. A COP 30 é uma oportunidade histórica para o Brasil. A gente não tem como fazer um mutirão sem incluir o Congresso, e a gente tem sentido na pele essas contradições.

O Brasil tem uma chance de liderar pelo exemplo agora, não só por ter metas ambiciosas, mas também por mostrar que as nossas instituições democráticas e os nossos representantes eleitos estão preparados e comprometidos com a justiça climática.

Então, a gente conta com esta Casa para garantir que essa transição climática justa seja feita com responsabilidade, equidade e respeito à Constituição e aos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Obrigada.



135.2025

Publ.: DCD - 17/07/2025 - 23

Sessão Ordinária - CD 16/07/2025-10:00

Murilo Amatneeks--- ---

COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

O Coordenador de Advocacy - Plataforma Cipó - discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Destacou a realização da COP 30 em Belém (PA) como oportunidade estratégica para o Brasil reafirmar seu compromisso histórico com o multilateralismo e a busca por soluções inovadoras frente à crise climática. Apontou a importância do engajamento dos Parlamentares, tanto para evitar retrocessos quanto para fortalecer as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e mobilizar os diversos biomas brasileiros em articulação com os Governos subnacionais. Reforçou, ainda, a urgência de uma transição justa, que promova uma nova economia sem excluir populações vulneráveis. Por fim, defendeu que a ação climática deve enfrentar as desigualdades e impulsionar um modelo de desenvolvimento diferente e inclusivo.

O SR. MURILO AMATNEEKS - Bom dia, Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A realização da COP 30 em Belém é uma grande oportunidade não apenas para fazermos a melhor conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, mas também para buscarmos caminhar na direção daquilo de que nós sempre falávamos, que é o outro mundo possível.

A conjuntura política internacional, extremamente delicada, traz inúmeros desafios para nós, mas a gente sabe que a COP 30 acontece no Brasil não por acaso, mas também porque nós temos um compromisso histórico de defesa do multilateralismo e da construção do bem comum, buscando sempre soluções diferentes e inovadoras.

Nesse sentido, o mutirão proposto pela Presidência da COP 30 no Brasil é uma excelente oportunidade para nós construirmos um grande ambiente de engajamento, e ele precisa dos legisladores, que, por sua vez, precisam fazer a sua parte, colocando-se no centro desse debate.

A agenda de ação proposta para a COP 30 também representa, a partir de vários eixos, diversos compromissos já assumidos pelo conjunto dos países ao longo dos últimos anos. É importante a gente pensar que, quando a gente diz que os Parlamentares precisam estar no centro da política, isso significa mais do que eles evitarem os retrocessos — muitos dos seus colegas ainda não perceberam a emergência que nós vivemos e o quanto o nosso futuro está condicionado ao que nós estamos falando agora; é preciso também que eles



possam contribuir com uma série de ações nessa agenda, entre as quais eu destaco o fortalecimento das NDCs do ponto de vista daquilo que sabemos que está muito aquém do que precisa ser feito.

Essa é uma questão muito importante. É preciso trazê-las para os territórios. Nós sabemos, e os Parlamentares, como representantes da população de diversos biomas que nós encontramos no Brasil também sabem, que o Bioma Pampa, o Bioma Caatinga, o Bioma Cerrado, o Bioma Pantanal, o Bioma Mata Atlântica e também o Bioma Amazônia têm uma condição fundamental na mobilização dos atores locais. Por isso, essa é uma questão conjugada com os Governos subnacionais, que a gente precisa encarar de fato de uma forma central. Essa mobilização precisa muito do papel dos Parlamentares.

Por fim, para concluir, trago um tema não menos importante e que tem uma dimensão estratégica para aquilo em que a gente acredita, que é a gente trabalhar o tema da transição justa. É uma oportunidade enorme para o conjunto dos nossos territórios de uma nova economia, de novos investimentos, mas também representa um conjunto de novos desafios, porque, quando nós falamos de descarbonizar a nossa economia, de promover energia limpa e de promover energia renovável, não podemos abdicar de ninguém, não podemos deixar ninguém para trás.

Nós da Plataforma Cipó, em conjunto com vários Parlamentares, inclusive através da Aliança Parlamentar para a Ação Climática e a Transição Justa, lançada no mês passado, e na carta que está sendo apresentada aqui por diversos Parlamentares em conjunto com a Globe International e com o Clima de Política, temos dito muito centralmente que a hora é de agir, mas de agir com compromisso, enfrentando todas as desigualdades sociais presentes no nosso território.

A ação climática é urgente, é estratégica, é necessária, mas não acontecerá, se nós abdicarmos de pensar a dimensão estratégica que precisamos ter, num modelo de desenvolvimento muito diferente, em toda a nossa sociedade.

Muito obrigado.

Documento 12/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:04
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 25	Gabriela Oliveira---	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

A Oficial de Gestão de Programas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas



(COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Representando o Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC) apresentou a iniciativa como um espaço de articulação regional, engajamento legislativo e repositório de dados sobre legislações ambientais na América Latina e no Caribe. Ressaltou a importância de construir uma voz regional diante dos compromissos climáticos globais, especialmente em preparação para a COP 30. Além disso, convidou os Parlamentares a participarem da II Cúpula Parlamentar sobre Mudança Climática, a ser realizada em agosto, com a presença de representantes de mais de 20 países. Assinalou também que a cooperação entre Parlamentares pode elevar a ambição climática e garantir a tradução dos compromissos internacionais em políticas públicas eficazes. Finalizou destacando o papel do OPCC no fortalecimento institucional e na promoção do desenvolvimento social e sustentável na região.

A SRA. GABRIELA OLIVEIRA - Muito obrigada, Presidente da Mesa, Deputada Talíria.

Bom dia a todos e a todas.

Estou aqui representando o Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa, o OPCC, que, por sua sigla e por sua natureza, integra não só o Brasil, mas também toda a região da América Latina.

Eu explico o observatório para vocês como um mecanismo, um ambiente, um espaço para interação e engajamento dos Deputados desta Casa e dos Senadores também, do Senado Federal do Brasil; como um lugar onde a gente cria uma rede de Parlamentares da América Latina e do Caribe e um repositório de dados legislativos sobre temas ambientais, promovendo, então, a troca de informações, de leis de toda a região; e como um local para a articulação de uma voz regional frente aos desafios e aos compromissos globais em relação à mudança do clima, em especial, às COPs.

É justamente neste momento que eu convido os senhores a fazerem parte dessa articulação de voz regional, entendendo que o Brasil, aliado aos países da América Latina e como parte do Sul Global, busca uma convergência sobre os temas prioritários e o alinhamento de posições dos Parlamentares da América Latina e do Caribe para a COP 30. Esse é o trabalho que nós estamos desenvolvendo neste momento.

Aproveito para convidá-los para a II Cúpula Parlamentar sobre Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe, que será realizada nesta Casa, nos dias 6 e 7 de agosto, com a presença de representantes de mais de 20 países. A gente espera poder realmente fortalecer ou amalgamar uma posição regional nessa cúpula.

Por que é importante essa articulação em nível extra-Brasil? Porque há o entendimento de que a cooperação entre Parlamentares faz com que a gente



possa ter uma ambição maior no que diz respeito ao clima. Nesse sentido, eu gostaria de fortalecer o papel dos Parlamentares diante das negociações e dos compromissos globais. São os senhores que fazem com que sejam traduzidos os compromissos internacionais em legislações e em políticas públicas eficazes para um modelo que combine crescimento econômico, sustentabilidade socioambiental e o direito das pessoas à vida e ao bem-estar, como bem colocou a Presidente desta Mesa, Deputada Talíria.

A gente entende que os Parlamentares têm esse papel e o mandato para formular políticas que permitam a existência de um ambiente institucional legítimo e confiável. E é para isso que o Observatório propõe esse espaço de colaboração e de cooperação em âmbito regional, permitindo a potencialização e a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e sustentável.

Está terminando o meu tempo. Eu só gostaria, então, de fortalecer o nosso convite para a cúpula e dizer que estamos, junto com os senhores, trabalhando para a construção de um futuro mais produtivo, um futuro inclusivo, um futuro sustentável no Brasil e na América Latina.

Muito obrigada.

Documento 13/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:08
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 26	Alcebias Mota Constantino--- ---	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Vice-Coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Criticou a atuação do Congresso Nacional diante da proximidade da COP 30, apontando contradições entre os esforços globais para conter a crise climática e a aprovação de leis que desmontam direitos dos povos indígenas, direitos ambientais e garantias constitucionais. Declarou que a responsabilidade pelas mudanças climáticas não recai apenas sobre os povos tradicionais, mas, sobretudo, sobre os Parlamentares eleitos. Assinalou que, em vez de proteger a população, o Congresso tem promovido retrocessos, como o marco temporal e a legalização de arrendamentos de terras indígenas. Por fim, cobrou dos Parlamentares propostas que respeitem a Constituição e os 213 milhões de brasileiros, conclamando por compromisso, ética e respeito à função legislativa.



O SR. ALCEBIAS MOTA CONSTANTINO - Senhoras e senhores, muito bom dia.

Espero que todos estejam bem.

Serei bem breve e rápido nas minhas colocações nesta fala de 3 minutos.

A COP 30 está próxima. Em novembro, teremos esse evento mundial no Brasil, e a minha fala aqui vai ser muito voltada ao Congresso Nacional.

Sobre as mudanças climáticas, todo mundo está se esforçando para conter a crise global e tentar não ser cozido. Enquanto isso, o Congresso Nacional aprova leis que desmontam os direitos dos povos indígenas, desmontam os direitos ambientais, desmontam os próprios direitos do povo brasileiro. Toda semana, por incrível que pareça, escutamos uma notícia que eu gostaria de não acompanhar do nosso Congresso. Eu gostaria que um dia o Congresso Nacional de fato aprovasse leis para o povo brasileiro, e não ficasse com esse desmonte.

Essa responsabilidade não é só dos povos indígenas, dos ribeirinhos ou de outros. Essa responsabilidade é dos senhores que são eleitos. Daqui a 1 ano e pouco, os senhores vão participar de mais uma eleição. Por favor, venham com propostas que ajudem o povo brasileiro, e não que desmontem leis, não que criminalizem o exercício de direitos que de fato estão escritos na Constituição. Para isto os senhores são eleitos: criar leis, propor leis. Nos últimos anos, os povos indígenas estão constantemente sendo atacados com marco temporal, legalização de arrendamento de terra indígena e, agora, um desmonte na questão ambiental.

Hoje os senhores terão a votação da questão ambiental. Estamos falando em frear, e não em acelerar as mudanças climáticas. De fato, é isso. Precisamos ter compromisso. Ou os senhores não leem a Constituição brasileira? Ou os senhores só são eleitos para beneficiar um grupo pequeno? Isso não é função de um Parlamentar; é função própria!

Somos 213 milhões de habitantes brasileiros! Nós precisamos pensar nisso, porque já está chato! Todo o tempo, toda semana, vem notícia de corrupção. Isso está chato para a gente! Sejam Parlamentares de caráter, de respeito, dignos!

Este é o nosso recado.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 17/07/2025 - 27

RUD RAFAEL--- ---

COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

O Representante da Comissão Política da Cúpula dos Povos rumo à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) discursou na Comissão Geral para debater a conferência, diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Reafirmou o compromisso coletivo em construir soluções para a emergência climática, com foco na justiça climática e na valorização das tecnologias populares, anunciando um encontro com mais de 10 mil representantes em Belém (PA), de 12 a 16 de novembro. Fez um apelo à Câmara para barrar o avanço do chamado “PL da devastação”, advertindo que os Parlamentares favoráveis serão responsabilizados pelas consequências socioambientais. Por fim, alertou que o movimento continuará atuante após a COP 30, mobilizando-se por um futuro democrático e ambientalmente justo, sem racismo ambiental, e conclamou os Parlamentares comprometidos com essa agenda a se fazerem presentes na Cúpula dos Povos.

O SR. RUD RAFAEL - Bom dia a todas e a todos.

Primeiro quero parabenizar a Deputada Talíria Petrone por estar presidindo esta sessão, que é tão importante.

Eu estou aqui falando não em causa própria, mas em nome de 763 organizações que hoje compõem a Cúpula dos Povos Rumo à COP 30, as quais têm demonstrado um compromisso com essa pauta, não só da COP 30, mas do debate da justiça climática em geral.

Nestes 3 minutos, eu queria trabalhar em três perspectivas: um anúncio, um pedido e um alerta.

O anúncio é que nós, da Cúpula dos Povos Rumo à COP 30, reafirmamos o nosso compromisso de apresentar saídas para a emergência climática não só no Brasil, mas em todo o mundo, considerando que estamos articulando dezenas de redes globais que debatem o tema da transição justa, da justiça climática, para estarmos em Belém, reunindo mais de 10 mil representantes, de 12 a 16 de novembro. Este é um compromisso nosso. Faço este anúncio de que nós não vamos abrir mão de construir saídas a partir dos territórios, a partir das tecnologias populares que já são construídas todos os dias.

O pedido é que esta Casa se compadeça com o debate ambiental, inclusive em uma semana em que existe a perspectiva de votação do PL da devastação, e que não aconteça o avanço dessa matéria aqui; que tenhamos uma resistência em relação a isso. Mas também quero dizer que quem estiver do lado dessa proposta vai ser cobrado e, de alguma forma, vai ser cúmplice das tragédias e



dos crimes ambientais que virão a seguir.

Vou finalizar com o alerta de que nós, na condição de Cúpula dos Povos, que estamos reunidos e nos mobilizando desde 2023 para o debate da COP 30, esse momento simbólico que vai acontecer em Belém, vamos continuar na luta. A COP 30 não vai encerrar a organização desse campo tão amplo, que tem vivido neste momento tempos de esperança em relação a esse debate climático. A gente vai continuar com o processo de resistência nas ruas, nos territórios, construindo o mundo com justiça climática, construindo as pontes para a transição justa.

Esta é a mensagem da Cúpula dos Povos Rumo à COP 30. Nós esperamos que, no momento em que a democracia no mundo está sendo questionada, tenhamos um exemplo de construção de um futuro mais democrático, sem racismo ambiental, sem ameaça aos territórios cotidianos como tem ocorrido.

A partir de uma construção conjunta, queremos reafirmar também a pauta trazida por várias representações. Que o Parlamento, ou pelo menos as representações mais comprometidas com essa pauta, estejam presentes junto conosco lá na COP 30, na Cúpula dos Povos.

Documento 15/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:16
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 28	SOPHIE DE CASTRO SILVA---	---
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

A Aluna da Escola Classe da Guariroba, no Distrito Federal, discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Afirmou que as crianças têm voz e expressou a rejeição à instalação de uma termelétrica na região. Alertou que o projeto traria sérios danos ambientais, como a poluição do ar, prejuízos à saúde dos agricultores e à preservação do Rio Melchior, além de ameaçar a existência da própria escola. Destacou ainda a importância da unidade de ensino, que oferece educação integral e conta com excelentes educadores. Por fim, conclamou o apoio das autoridades para impedir a construção da usina.

A JOVEM SOPHIE DE CASTRO SILVA - Bom dia, Presidenta.

Bom dia, demais presentes.



Meu nome é Sophie, e eu tenho 10 anos.

Hoje eu tenho esta grande oportunidade de dizer que as crianças têm voz, sim, e a minha grita: "*Termelétrica, não!*"

Como representante da Escola Classe Guariroba, dos moradores do núcleo rural e das crianças, eu gostaria que vocês ouvissem o nosso apelo: termelétrica, não!

O que é mais importante do que a educação e o meio ambiente hoje? Uma termelétrica é que não é. Afinal, o que ela traria? Ela poluiria o nosso ar, dificultando a respiração dos agricultores que moram próximo dela, e também destruiria, danificaria o Rio Melchior, que é um rio muito importante para o Brasil. Também passaria por cima de uma escola, da nossa escola, que é uma escola bem importante.

Eu gostaria de falar um pouco sobre ela. Ela é bem nova: tem só 6 anos de uso. Ela tem educação integral, o que ajuda as crianças na alfabetização, e tem educadores maravilhosos.

Com a ajuda de vocês, nós podemos evitar isso.

Xô, termelétrica!

Obrigada.

Documento 16/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:16
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 29	Maysa Furlan--- ---	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

A Reitora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Parabenizou a Deputada Talíria Petrone e agradeceu aos Parlamentares pela oportunidade de contribuir com o debate ambiental. Destacou que a universidade é responsável por 8% da produção científica nacional, com relevância em ciências ambientais, e atua na busca por soluções que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas. Ressaltou que a UNESP foi pioneira na institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como eixo estruturante de sua estratégia e se compromete com a descarbonização e a meta Net Zero antes de 2050. Por fim, reafirmou a disposição da universidade em colaborar com o Parlamento, defendendo que a ciência ambiental, especialmente em um País desigual, é vetor de emancipação



e desenvolvimento sustentável.

A SRA. MAYSA FURLAN - Desejo um bom dia a todas as pessoas presentes.

Eu inicio parabenizando a Deputada Talíria Petrone, que preside esta sessão.

Quero agradecer de forma muito especial a você, Deputada Talíria; à Deputada Elcione Barbalho, Presidente desta Comissão; e ao Deputado João Cury, a oportunidade de estar aqui hoje e trazer a contribuição da Unesp para essa discussão.

É interessante destacar que a UNESP é responsável por 8% da produção científica brasileira, com destaque nas áreas de ciências ambientais, e pode, é claro, impactar de forma bastante grande a produção do conhecimento qualificado, de forma a contribuir para a preservação da nossa biodiversidade e encontrar soluções e estratégias para mitigar as emissões e minimizar os efeitos avassaladores dos eventos climáticos.

A UNESP também é a segunda universidade brasileira com maior número de programas de pós-graduação na área e faz ciência de vanguarda em todas as áreas do conhecimento.

É interessante também destacar que a UNESP foi a primeira universidade brasileira a institucionalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, como eixo estruturante de sua estratégia acadêmica, científica e também de gestão. Com isso, sustentabilidade é um dos seus pilares. A universidade está trabalhando para a descarbonização e para alcançar a rede internacional Net Zero antes de 2050.

A UNESP se coloca à disposição do Parlamento brasileiro para esse debate urgente, praticando ciência de qualidade interdisciplinar nas principais questões ambientais. Para a UNESP, fazer ciência com foco nas questões ambientais em um país tão desigual, emancipa, rompe ciclos de exclusão e traz o desenvolvimento sustentável tão necessário ao nosso País e ao mundo.

Eu gosto sempre de encerrar minhas apresentações com um "viva". Então, viva a ciência!

Viva a universidade pública!

Vivam o Brasil e as nossas florestas!

Vivam a nossa diversidade e a nossa biodiversidade múltipla, responsáveis pela vida de todos nós!

Viva a vida!



Muito obrigada.

Documento 17/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:20
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 29	Flávio Dias Patrício---	---
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Representante da Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura de São Paulo (SP) discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Destacou as ações da cidade de São Paulo voltadas à agenda climática, com ênfase na participação na COP 30. Anunciou R\$ 22 milhões em investimentos para 2025, destinados a medidas como eletrificação da frota de ônibus, substituição de caminhões de lixo por veículos movidos a biometano e ações de saneamento, mobilidade e combate a enchentes. Também expressou apoio à iniciativa do Governador Helder Barbalho de sediar a COP 30 em Belém (PA). Por fim, reconheceu o convite do Deputado João Cury e anunciou seminário do Tribunal de Contas do Município sobre clima e finanças públicas.

O SR. FLÁVIO DIAS PATRÍCIO - Bom dia a todos.

Venho aqui representando o Prefeito Ricardo Nunes, que está com agenda bem estruturada em relação à mitigação e à adequação dos impactos climáticos na cidade de São Paulo.

A Região Metropolitana de São Paulo, que todos os senhores conhecem, tem mais de 20 milhões de habitantes. A nossa cidade lidera um consórcio dessa região metropolitana importante.

Para os senhores terem uma ideia da importância que nós estamos dando para a agenda da COP 30, do fortalecimento da iniciativa do Governador Helder Barbalho de sediar esse evento na cidade de Belém, no Pará, São Paulo, este ano, vai investir 22 milhões de reais do seu orçamento em ações de mitigação e adequação dos impactos do clima.

Desde transição energética, com a eletrificação da frota de ônibus, até o uso de biometano em caminhões de coleta de lixo — e já está em execução a substituição de 60 caminhões, para uso do biometano, produzido nos nossos próprios aterros sanitários — e uma série de medidas nas áreas de infraestrutura, de saneamento, de combate a enchentes e de mobilidade urbana, o investimento remonta a esses 22 milhões de reais, talvez o orçamento mais



expressivo de investimento no ano de 2025 dentro dessa agenda climática.

Então, saúdo a iniciativa da Casa, da Câmara dos Deputados, os Deputados e as Deputadas envolvidos nessa ação. Vamos estar presentes na COP 30!

Quero destacar a importância do mandato do Deputado João Cury, que nos convidou para estar aqui presentes.

Quero saudar a presença nesta sessão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que vai realizar agora em agosto um seminário importante sobre contas públicas e clima. O Tribunal de Contas do Município, na pessoa do seu Presidente, o Domingos Dissei, e da assessora Élcita Ravelli, decidiu fazer essa discussão, para a qual contamos com a participação do Tribunal de Contas da União, já confirmada.

Então, são essas as iniciativas de São Paulo.

Muito obrigado, Deputado.

Bom dia a todos.

Documento 18/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:24
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 30	Marcelo Augusto Boechat Morandi---	---
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Chefe da Assessoria de Relações Internacionais da Embrapa discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Destacou a importância da COP 30 como marco para apresentar ao mundo os avanços da agricultura tropical brasileira em ciência, tecnologia e sustentabilidade. Informou que a Embrapa, com mais de 50 anos de atuação, reforçou seu papel na formulação de políticas climáticas e alimentares do País. Destacou também que, durante o evento em Belém (PA), será inaugurada a AgriZone, espaço da Embrapa Amazônia Oriental voltado ao intercâmbio científico e à valorização da sociobiodiversidade. Por fim, defendeu o investimento em ciência e a valorização da diversidade de modelos produtivos existentes no País.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI - Bom dia.

Falo aqui em nome da Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisa



Agropecuária e agradeço a oportunidade de estar neste espaço para falar sobre a COP 30.

A Embrapa, junto com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, vem há mais de 50 anos trabalhando e produzindo conhecimento, ciência, tecnologia e inovação para a agricultura brasileira. Demos um grande salto na produção de alimentos, na produção de energia, na produção de todos os produtos derivados da agricultura, que é a nossa grande vocação nacional. Nós também auxiliamos há muitos anos o Governo brasileiro, o Estado brasileiro, na construção das políticas globais, na construção das políticas climáticas. Então, a COP 30 aqui no Brasil é um marco para nós, porque vamos poder mostrar o que a agricultura brasileira, o que a agricultura tropical tem feito para a segurança alimentar, não só brasileira, mas também global. É uma oportunidade única esta que nós temos, tendo a centralidade da ciência, da tecnologia e da inovação.

O investimento em ciência com foco é fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação, para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Neste momento, é importante reafirmar a coexistência de diferentes modelos produtivos no Brasil. É uma grande fortaleza termos a coexistência de diversos modelos de agricultura sendo feitos no Brasil.

Durante a COP, na cidade de Belém, nós teremos um espaço, a unidade Embrapa Amazônia Oriental, que estamos chamando de AgriZone, um espaço inclusivo destinado a conectar a agricultura e a ciência, a promover o intercâmbio e o diálogo e a apresentar os esforços de implementação de ações que apoiem a segurança alimentar para todos, agora e no futuro.

Nesse espaço teremos mostras de tecnologia, faremos debates de conhecimento, teremos visitas a áreas de experimento de agricultura e de agrofloresta, teremos uma praça de alimentação com alimentos locais, com o mercado da sociobiodiversidade, ou seja, toda a agricultura brasileira estará representada nesse espaço, que estará aberto a todos para visita, para conhecimento da agricultura brasileira, para discussão da agricultura brasileira em todos os seus níveis, em todos os modelos, com a coexistência da agricultura baseada em ciência.

Eu agradeço à Câmara dos Deputados por esta oportunidade.

Que a COP 30 seja de fato uma oportunidade única para darmos uma virada, em termos de desenvolvimento econômico.



Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Expressou solidariedade às vítimas do acidente envolvendo estudantes a caminho do Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune), ressaltando a gravidade da tragédia. Em seguida, destacou a urgência do enfrentamento das mudanças climáticas e criticou a ineficácia de soluções adotadas até hoje. Defendeu que a COP 30 assuma metas ambiciosas e alertou para o risco de retrocessos com a possível aprovação de mudanças na legislação de licenciamento ambiental. Denunciou que, ao privilegiar o lucro, o Congresso poderia se tornar “inimigo da vida e do planeta”. Concluiu afirmando que a transição energética exige enfrentamento aos interesses do capital e convocou à mobilização e à coragem diante da crise climática.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Fernando Mineiro.

Eu queria, antes de começar, prestar a minha solidariedade aos familiares e aos amigos dos estudantes que estavam se dirigindo ao Conune — Congresso da União Nacional dos Estudantes e sofreram um acidente na estrada nessa noite. Há notícias de alguns mortos e de muitos feridos. Hoje é, sem sombra de dúvida, para nós que militamos, conhecemos e acompanhamos a União Nacional dos Estudantes e os coletivos que a compõem, certamente um dia de tristeza. Eu quero aqui manifestar a minha solidariedade, em especial aos militantes da Unidade Popular pelo Socialismo, o partido que organizava a viagem naquele ônibus. Seguiremos ao longo do dia acompanhando as notícias e torcendo para que esse desastre não se amplie. Que possamos dar todo o suporte às vítimas e aos familiares dos que estavam nesse trágico acidente.

Não é novidade para ninguém que o debate do clima, que o debate das mudanças climáticas precisa ser feito sob o marco da urgência. Essa é a primeira palavra que eu queria trazer aqui. O clima já mudou, e nós já perdemos muito tempo em soluções ineficazes, ineficientes ou até mesmo falsas. É preciso coragem. A mesma coragem que o Presidente Lula teve no contexto em que estamos vivendo, de enfrentar a sanha imperialista de Donald Trump, precisamos ter neste momento para reafirmar a necessidade de que a COP 30 caminhe para metas ambiciosas e para acordos e medidas eficazes, para evitar que o desastre que se avizinha seja inexorável.

Ao mesmo tempo, há outra palavra. Se urgência e coragem são palavras que devem nos guiar neste debate, há também a palavra “pessimismo”. Daqui a pouco, neste mesmo plenário, provavelmente estaremos votando a destruição de todo o licenciamento ambiental da legislação brasileira. Nesse mesmo contexto, o Congresso Nacional, que ao longo das últimas semanas foi tachado



nas redes sociais de "inimigo do povo" pode ser daqui a pouco o inimigo da natureza, o inimigo da vida, o inimigo do planeta, porque, ao desmontar o Licenciamento Ambiental brasileiro em nome da continuidade da lógica de que o lucro tem que estar acima da vida, nós seguiremos dando a nossa contribuição para o extermínio da vida humana no planeta.

Agora, nós que aqui estamos, nesta sessão — e muitos dos movimentos sociais estão aqui representados —, não estamos aqui só para lamentar. Estamos aqui para, sim, denunciar, alertar, mas também para organizar, mobilizar e dizer o que tem que ser dito.

A transição energética de que nós precisamos neste momento não acontecerá sem o enfrentamento dos interesses do capital, sem o enfrentamento dos interesses daqueles que construíram o mundo que está nos levando à destruição. Por isso, esse elemento terá que estar na COP, levado por muitos de nós que aqui estamos.

Que a COP seja esse lugar de alerta, de denúncia, mas também de mobilização e de coragem, de construção de consciência sobre os desafios enormes que nós temos.

Documento 20/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:32
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 32	Nilto Tatto-PT -SP	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Saudou a realização da próxima Conferência do Clima (COP) no Brasil, destacando o simbolismo de ocorrer na Amazônia e a expectativa de ampla participação popular, algo limitado em edições anteriores por restrições à manifestação pública. Reconheceu os avanços do País, como a redução do desmatamento e políticas públicas estratégicas, mas manifestou preocupação com a agenda ambiental da Câmara dos Deputados, apontando retrocessos como o projeto de lei que fragiliza o Licenciamento Ambiental, em contradição com o papel que o Brasil deve desempenhar no cenário internacional.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP) - Eu vim de propósito para cá, mas espero que não haja nenhuma simbologia. Não leve para este lado.

Para quem está acompanhando a sessão esclareço que esta tribuna é ocupada



sempre por Deputadas da Direita.

Eu quero saudar a realização desta Comissão Geral. Acho que é histórica a COP que vamos ter no Brasil. Primeiro, porque as últimas conferências do clima aconteceram em países onde não havia muita liberdade de manifestação popular.

Eu quero saudar Ana Toni, que tem uma bela responsabilidade na Secretaria Executiva da Conferência do Clima.

Quem acompanha as conferências do clima sabe o quanto são importantes a presença, a participação popular, a manifestação popular, para levar o calor humano e a pressão para aqueles governos que estão lá negociando os acordos internacionais. Então, temos a expectativa de que agora, no Brasil, em Belém, vamos ter uma participação popular forte e de que isso poderá influenciar, além, evidentemente, do simbolismo de ser realizada na maior floresta tropical do mundo, na Amazônia, por todo o simbolismo que ela representa e pela importância que têm a floresta e, em especial, os povos que habitam as florestas.

É importante também levarmos em consideração aquilo em que vimos conseguindo avançar, do ponto de vista do que o Brasil pode dar como exemplo. O Brasil tem a responsabilidade de chamar a atenção do conjunto dos países e cobrar muito mais daquilo que está sendo feito nos países. A ciência está pedindo isso, e é importante que o Brasil dê exemplo. O Brasil está dando exemplo diminuindo, principalmente, o desmatamento, oferecendo uma linha de políticas públicas de forma estratégica, como o Pacto pela Transformação Ecológica que vem sendo desenvolvido em diversos Ministérios.

Mas a nossa preocupação é com esta Casa, o Parlamento brasileiro, em especial a Câmara dos Deputados, porque a agenda que acaba sobressaindo é a que não dialoga com essa perspectiva de enfrentamento da crise climática, uma agenda que se coloca como oportunidade para o Brasil. Não dá para, no ano da COP, praticamente acabar com o Licenciamento Ambiental. É disso que trata o projeto que já está na pauta e pode ser votado hoje, o projeto que representa o retrocesso, portanto, uma sinalização muito ruim para o papel que o Brasil tem a demonstrar durante a Conferência do Clima e durante este ano todo.

Obrigado.

Documento 21/28

135.2025

Publ.: DCD - 17/07/2025 - 33

Sessão Ordinária - CD

16/07/2025-10:36

ANA AMÉLIA CAMPOS TONI--- ---

COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL
DISCURSO



Sumário

A Diretora Executiva da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) discursou na Comissão Geral para debater a conferência, diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Saudou o Parlamento pela realização do debate e ressaltou a importância da COP 30 como oportunidade para o Brasil se apresentar como líder e provedor de soluções climáticas, além de demonstrar a vitalidade da democracia nacional. Destacou ainda a expectativa de ampla mobilização social e protestos legítimos em Belém (PA), envolvendo diversos segmentos sociais. Enfatizou que o combate à mudança do clima não se resolve unicamente nas COPs, mas na aprovação de leis nos Parlamentos nacionais. Por fim, reforçou a necessidade de coerência entre políticas nacionais e internacionais e colocou a Presidência da COP 30 à disposição dos Parlamentares.

A SRA. ANA AMÉLIA CAMPOS TONI - Bom dia a todos e a todas.

É uma honra estar nesta Casa.

Quero agradecer à Deputada Talíria Petrone, ao Deputado Fernando Mineiro e, logicamente, ao nosso querido Deputado Nilto Tatto.

É um grande prazer estar aqui debatendo, conversando sobre a COP 30. Desde já parabenizo a Casa por ter chamado este debate.

Como foi dito, a COP 30 é, primeiramente, uma oportunidade única para mostrarmos um Brasil protagonista e provedor de soluções climáticas e acima de tudo para mostrarmos a vitalidade da nossa democracia. Acho que vamos ter uma COP altamente participativa e inclusiva, em que vai haver mobilização popular, como foi dito, na cidade de Belém, no coração da Amazônia, de povos indígenas, quilombolas, das periferias, de mulheres. Logicamente, a população que vocês aqui representam, nesta Casa, estará presente na COP 30, para mostrar para o mundo a vitalidade da nossa democracia.

As pessoas me perguntam: *"Essa COP vai ser muito diferente das outras. Vai ter mobilização social?"*. Sim, vai haver mobilização social. *"Vai ter protesto?"* Sim, vai haver protesto. *"Vai ter contribuições para soluções?"* Sim, vai haver contribuições para soluções. Acho que isso demonstra um pouco como o tema de clima é debatido aqui no Brasil. Sim, com tensões. Estamos vendo, neste momento, as tensões aqui no Parlamento no debate sobre licenciamento. Um debate tão importante para todos nós gera tensões nas escolhas difíceis de prosperidade. Eu acho que a população brasileira já está entendendo que não há prosperidade sem cuidado com o meio ambiente. Isso está cada vez mais claro, e esta Casa está tentando deixar isso mais claro, talvez para os outros Parlamentares. Acho que a COP 30 é a oportunidade de realização desse grande mutirão, não só por soluções climáticas, mas também pela democracia e pelo multilateralismo, porque é isso



o que representa a luta contra a mudança do clima.

O contexto geopolítico, obviamente, não ajuda. O contexto dos desastres climáticos já é uma presença muito forte para todos nós, mas eu acho que sem poder debater... COPs não são balas de prata. Não é que o mundo vai ser diferente depois de uma COP. O que enfrenta as mudanças do clima é cada uma das leis passadas nesta Casa, nas Casas parlamentares do mundo inteiro. Acho que as pessoas confundem, acreditam que precisamos ir a uma COP para fazer a diferença no clima. Fazemos a diferença no clima nestas conversas com os Parlamentares que tão bem nos representam, em cada uma das leis que aqui são passadas, porque isso é a vida real, é isso o que vai influenciar o que as empresas fazem, o que a sociedade civil faz, o que os governos subnacionais fazem, é o arcabouço de regulamentação que nós temos.

Esperamos que a COP 30 seja essa oportunidade para demonstrarmos que, sim, a agenda internacional importa e importa muito. A regulamentação, o arcabouço de regulamentação internacional que vamos debater na COP com os outros países é fundamental, mas é tão importante quanto o que acontece no Congresso Nacional e nas leis que são passadas. Não adianta passarem em âmbito internacional, se as legislações nacionais são diferenciadas do que está sendo acordado. Acho que a COP 30 é a oportunidade de mostrarmos a coerência entre as políticas nacionais e as políticas internacionais. O Brasil vai chegar com muito mais força se puder liderar pelo exemplo. O Brasil está liderando pelo exemplo em muitas áreas, mas queremos liderar muito mais, e os debates começam nesta Casa.

Eu quero agradecer muito o convite para estar aqui e colocar a Presidência da COP 30 à total disposição dos Parlamentares.

Eu sei que vamos realizar também as pré-COPs nos biomas — e já agradeço ao Deputado que está liderando, eu acho, no bioma da Caatinga. Essas pré-COPs nos biomas serão fundamentais, porque é no território, é nas Casas parlamentares que a base da mudança do clima acontece, onde temos o marco da COP 30. Primeiro, para celebrar, se as legislações forem passadas, e depois para puxar gente para esse combate global.

Muito obrigada pelo convite. Fico honrada.

Documento 22/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:44
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 35	Rodrigo Agostinho---	---
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Presidente do IBAMA discursou na Comissão Geral para debater a



Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Saudou a Câmara dos Deputados pelo debate ambiental e alertou para a gravidade do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que propõe mudanças no licenciamento ambiental. Ressaltou que o Brasil possui uma das legislações ambientais mais abrangentes, mas enfrenta desestruturação dos órgãos ambientais, escassez de servidores e baixa qualidade de estudos técnicos. Assinalou ainda que o licenciamento envolve também saúde pública, segurança e mudanças climáticas. Por fim, criticou a proposta de licenças autodeclaratórias e defendeu que o aperfeiçoamento regulatório deve ocorrer com responsabilidade, sob risco de gerar insegurança jurídica.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO - Bom dia a todos e todas.

Quero saudar a Câmara dos Deputados por este debate tão importante, numa data em que é muito difícil falar de meio ambiente e não citar que se encontra na pauta da Câmara o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021 — esse é o número mais recente —, que trata do licenciamento ambiental.

O Brasil se orgulha de ter uma das legislações ambientais mais abrangentes do mundo, mas, ao mesmo tempo, também é um país onde impera a impunidade, é um país que teve grandes desastres ambientais, inclusive recentes. Esse é um tema muito importante e que merece, obviamente, ser tratado a contento.

O licenciamento ambiental no Brasil é matéria da nossa Constituição. Então precisamos, obviamente, ter um zelo todo especial com esse instrumento. Trata-se de um instrumento essencial, que garante a qualidade de vida. Apesar de falar de licenciamento ambiental, sobre suas costas recaem questões sociais, questões de saúde pública, questões de segurança e, notadamente, questões ligadas às mudanças climáticas.

A maior parte dos órgãos ambientais do Brasil estão desestruturados. Não há número suficiente de servidores para fazer análise dos processos das licenças. No próprio Ibama, instituição que eu represento, há hoje 234 servidores para cuidar de 4 mil processos de licenciamento ambiental.

Temos outro grave problema no Brasil, que é a baixa qualidade de projetos e a baixa qualidade de estudos, o que também reflete, obviamente, nas dificuldades relacionadas ao licenciamento ambiental. Isso sem contar razões óbvias: o Brasil é o país que tem a maior biodiversidade do mundo, com 46 mil espécies de plantas, 145 mil espécies de animais, tem metade do seu território coberto por vegetação nativa, tem uma grande diversidade socioambiental com povos tradicionais, povos indígenas. Tudo isso, obviamente, reflete também nas dificuldades do licenciamento ambiental.

Não podemos querer, com uma solução mágica, transformar quase 90% do licenciamento ambiental brasileiro em licenças autodeclaratórias, que não são licenças, porque não têm avaliação de impacto ambiental. Esse é um grande



erro, um grande equívoco.

Eu aproveito este momento, esta oportunidade, Deputada Talíria Petrone, para fazer um chamamento, obviamente, a essa questão. O licenciamento ambiental do Brasil precisa ser tratado com mais respeito. Os problemas estruturais precisam ser enfrentados, e não necessariamente apenas com mudanças legislativas.

Existe, sim, espaço para o aperfeiçoamento regulatório, mas não podemos imaginar que vamos conseguir seguir adiante, simplesmente criando uma série de facilidades, por meio de alterações legislativas, pelo contrário, nós vamos trazer mais insegurança jurídica, tanto para empreendedores quanto para os próprios analistas que fazem e emitem as análises.

Esse é um tema que eu gostaria de trazer, mesmo reconhecendo, obviamente, que a finalidade desta sessão é para tratar de outras questões ambientais, mas esse é o tema mais importante do momento. Podemos nos arrepender profundamente, nos próximos anos, pelas decisões que tomarmos no dia de hoje.

Então, é muito importante que façamos essa reflexão num país que está hoje sediando a maior conferência de mudanças climáticas, obviamente, da nossa história.

Muito obrigado a todos vocês. Que esta Casa tenha a luz necessária para chegar ao amadurecimento de que o tema precisa!

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Talíria Petrone. Bloco/PSOL - RJ) - Rodrigo Agostinho, agradeço-lhe muito e quero me somar às suas palavras.

Eu acho que vamos viver um dia histórico hoje, em que o Parlamento vai decidir o que quer para o futuro do Brasil e do mundo, a partir dessa legislação que iremos apreciar.

Eu queria muito lhe agradecer pelo seu trabalho. Eu sei que também não é fácil estar à frente do Ibama nesse momento tão complexo do mundo, com tantos desafios. Obrigada. Você faz falta aqui.

Bem, então agora eu vou passar a palavra para os Parlamentares para fecharmos os trabalhos desta importante Comissão Geral.

Deputado Bohn Gass, V.Exa. tem a palavra.



135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:48
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 37	Bohn Gass-PT -RS	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Defendeu que a preparação para a COP em Belém (PA) deve estar alinhada com a preservação ambiental e criticou a aprovação, pela Câmara e pelo Senado, do Projeto de Lei que institui o autolicenciamento, que classificou como “PL da devastação”. Assinalou que a ausência de licenciamento adequado nega a ciência e contribui para o agravamento da crise climática, ao comprometer o equilíbrio ambiental. Afirmou ainda ser necessário transformar a crise climática na principal pauta da política, destacando a urgência da descarbonização, da produção sustentável e do respeito ao meio ambiente como condições para a competitividade global e a preservação da vida.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Deputada Talíria, que bom vê-la presidindo esses trabalhos para o Parlamento brasileiro se posicionar frente a esse grande evento, entre tantos outros eventos importantes que estão sendo realizados no Brasil, sob a Presidência do Presidente Lula, nesse tema específico da COP, agora em novembro, em Belém do Pará.

Não há como falar da preparação da COP, sem falar que esta Casa não pode andar na contramão da preservação ambiental, como quando aprova, aqui, o PL da devastação, com as alterações nefastas que o Senado fez sobre um projeto que já era ruim.

Quando nós votamos aqui, Deputado Nilto Tatto, a questão do autolicenciamento, que seria fazer um licenciamento apenas por adesão e compromisso, ou um licenciamento especial, isso acaba sendo um não-licenciamento.

Não ter licenciamento para atividades essenciais no Brasil é algo que nega a ciência, porque ao atacarmos, ao afrontarmos o meio ambiente, nós teremos alterações fundamentais. No momento em que se altera a relação harmoniosa no meio da natureza, teremos consequências drásticas na influência das chuvas, na influência dos solos, na influência das secas, das estiagens longas e prolongadas, das grandes alterações climáticas que nós estamos tendo.

Aliás, o maior problema da humanidade hoje é a crise climática, mas essa não é ainda a maior preocupação da política. Nós precisamos transformar — e eu concluo com isso, Deputada Talíria — a preparação da COP, fazendo com que o grande problema climático venha a ser a grande preocupação da política.



Então, nós dizemos não ao PL da devastação.

É fundamental nós prepararmos projetos de transformação energética, fazermos todo o processo de descarbonização, termos uma produção mais limpa e menos carbonizada. Todo esse processo é fundamental para realmente termos uma COP que possa representar uma afirmação do Brasil ao mundo. Se nós queremos comercializar, mercantilizar a nossa produção, inclusive agrícola, nós precisamos ver que o consumidor, em qualquer mercado no mundo, cada vez mais vai olhar a rastreabilidade, se o que foi produzido está dentro dos padrões que respeitam o meio ambiente e as pessoas.

Então, cuidar do solo, cuidar da água, cuidar da floresta, cuidar dos animais e ter uma harmonia no meio ambiente é cuidar da vida, do planeta e das pessoas.

Obrigado.

Documento 24/28

135.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-10:52
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 38	Fernando Mineiro-PT -RN	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro. Celebrou a entrega da Carta dos Parlamentares à Presidência da COP 30 como um marco histórico, reafirmando a importância da participação de todos os setores da sociedade na conferência. Cumprimentou entidades da sociedade civil e destacou o papel da Plataforma Cipó e da Deputada Divaneide Basílio na articulação. Alertou que, embora sediada em Belém (PA), a COP é um evento global e deve considerar todos os biomas, especialmente a Caatinga, afetada pelo avanço da desertificação. Por fim, criticou a inclusão do “PL da devastação” na pauta do Congresso, classificando-o como contrário ao espírito da COP, e defendeu a ampliação da carta às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

O SR. FERNANDO MINEIRO (Bloco/PT - RN) - Presidenta Talíria, primeiro, eu quero registrar este momento histórico do Parlamento. Diante de tantas pedreiras que estamos vivendo aqui, inclusive em relação a essa pauta ambiental, é muito importante este momento da entrega da Carta dos Parlamentares à Presidência da COP 30, ou seja, o Parlamento se manifesta no sentido de que é fundamental que todos os setores da sociedade participem da COP.



Quero aqui, inclusive, cumprimentar as instituições, as entidades da sociedade civil e também a Plataforma Cipó, que tem articulado, junto com outras entidades, este momento.

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Estadual do Rio Grande do Norte, a companheira Divaneide Basílio, que tem também abraçado essa agenda.

E eu ainda queria dizer que a COP não é uma conferência exclusiva do Brasil; ela é do mundo. A COP tampouco é da Amazônia, como, às vezes, o senso comum nos leva a crer, pelo fato de ser realizada lá em Belém.

Eu me somo àqueles e àquelas que têm chamado a atenção para outros Biomas do Brasil, em particular para a Caatinga. Eu tenho travado neste Parlamento, desde que aqui cheguei, uma discussão sobre a necessidade da visibilidade à questão da Caatinga e ao processo de desertificação em curso no Brasil. Nós temos áreas semiáridas que já estão transformando-se em áreas áridas na região da Bahia, por exemplo. E esse é um processo irreversível, se não forem tomadas providências necessárias e importantes para conter esse avanço.

Além dessas questões, a COP também vai ser uma oportunidade para o Brasil mostrar ao mundo as suas iniciativas e as suas soluções para o enfrentamento dos problemas climáticos.

No contexto da COP, na contramão do que acontece no contexto internacional e também diante do ambiente da COP frente ao que acontece neste Parlamento, é lamentável que tenha sido pautado o PL da devastação, como já foi dito aqui pelos colegas e pelas colegas que me antecederam. A luta é para que haja a retirada de pauta desse projeto de lei, o que eu, sinceramente, acho muito difícil, tendo em vista que a maioria deste Parlamento tem outros compromissos com o imediatismo, e não com a questão ambiental como um todo.

Eu quero aqui, Deputada Talíria, parabenizá-la. Eu acho que esta carta significa um marco. Penso também que nós poderíamos sair daqui com o sentido de capilarizar esse documento para as Assembleias e para as Câmaras Municipais.

É isso! Vamos contar com a participação dos Parlamentares do Brasil na COP 30!

Documento 25/28

135.2025

Sessão Ordinária 16/07/2025-10:56
- CD

Publ.: DCD
17/07/2025 - 38

- Talíria Petrone-PSOL -RJ

COMISSÃO FALA DO PRESIDENTE OU NO



Sumário

A Presidente da Comissão Geral para debater a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), diante dos desafios ambientais em curso no Parlamento brasileiro, agradeceu aos servidores da Câmara, à Liderança do PSOL e ao Grupo de Trabalho do Clima pela realização da Comissão Geral. Relembrou falas que questionaram se o Brasil liderará ou travará o enfrentamento às mudanças climáticas, especialmente no contexto da COP 30. Enfatizou a impossibilidade de prosperidade sem o cuidado com a natureza e criticou o modelo de exploração infinita de recursos finitos. Além disso, advertiu sobre as consequências de uma possível aprovação do Projeto de Lei do licenciamento ambiental, que representa uma escolha pelo retrocesso e pode gerar impactos severos para o meio ambiente e a vida urbana. Criticou o autolicensing previsto na proposta, considerando que ele exclui a atuação técnica de órgãos competentes, o que poderia prejudicar diretamente populações locais. Por fim, reforçou a importância de um Brasil com economia forte, mas que dependa de terra, água e clima em equilíbrio, e desejou sucesso à COP na busca por soluções diante da crise climática.

A SRA. PRESIDENTE (Talíria Petrone. Bloco/PSOL - RJ) - Muito obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Sidney Leite.

(Pausa.)

Tem a palavra a Deputada Juliana Cardoso.

(Pausa.)

Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

(Pausa.)

O Deputado Tarcísio Motta, o Deputado Bohn Gass e também o Deputado Nilto Tatto já fizeram uso da palavra.

Tem a palavra a Deputada Duda Salabert.

(Pausa.)

Tem a palavra a Deputada Célia Xakriabá.

(Pausa.)



Não estão presentes.

Eu vou só ler o nome das pessoas que foram indicadas pelos partidos.

Pergunto se o Gilmar Mauro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST está por aí.

(Pausa.)

Pergunto se está presente a Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, do Observatório do Clima.

(Pausa.)

Pergunto se está presente a Thaynah Gutierrez, da Rede por Adaptação Antirracista.

(Pausa.)

Pergunto se está presente o Helder Barbalho, o Governador do Pará.

(Pausa.)

Então, vamos finalizar.

Eu queria agradecer imensamente aos servidores da Câmara, a toda a assessoria da Liderança do PSOL, do nosso mandato e do GT do Clima por viabilizarem esta Comissão Geral.

Não posso encerrar, sem mencionar a importância da sessão plenária deliberativa que teremos daqui a pouco.

Falaram aqui: *"Qual vai ser nossa escolha? Vai ser proteger o atraso?"* E foi dito por alguém aqui: *"O Brasil vai liderar o enfrentamento às mudanças climáticas ou travar esse enfrentamento no ano em que o Brasil recebe a COP 30?"*

A Ana Toni acabou de dizer que não há prosperidade, sem o cuidado com a natureza, com o conjunto do meio ambiente. Entendo que nós somos também natureza, não há uma separação entre homens e mulheres e natureza. Então, a ação humana é parte também do que acontece na natureza. O mundo é finito. Não dá mais para explorarmos de forma infinita recursos que são finitos. Estamos vendo que isso não está dando certo.

Hoje esta Casa vai ter uma escolha: o atraso e o retrocesso ou o futuro. E a escolha pelo atraso e pelo retrocesso, que se daria com uma possível aprovação do PL do licenciamento ambiental, pode ter consequências inimagináveis num cenário global já dramático de emergências climáticas.



Isso não é algo sobre a Esquerda, sobre um grupo político. Isso tem a ver com a possibilidade de vida nas cidades, com as consequências para quem tem, por exemplo, um empreendimento de médio porte, como a mineração, porque está previsto no texto do PL o autolicensing, sem os órgãos técnicos dizerem quais são os impactos indiretos para aquela região, para a saúde pública, para o transporte, para a vida local naquela cidade. O impacto não é um impacto teórico, é um impacto na vida de cada trabalhador que pega o ônibus, vai trabalhar, volta para casa e que vai ter a sua vida muito dificultada.

Desculpem-me dizer, não é alarmismo: a vida vai ser dificultada, a existência da vida vai ser dificultada, se não tivermos responsabilidade. Terminando dizendo que nós queremos um Brasil com uma economia pujante, com uma vida produtiva pujante, mas não há setor produtivo que exista sem terra, sem água, com o clima nesse estágio gravíssimo.

Então, minha gente, boa luta para nós na parte da tarde!

Agradeço muito a vocês.

Espero que a nossa COP possa apresentar soluções para enfrentar o drama das mudanças climáticas.

Um abraço.

Vamos juntos!

(Palmas.)

Foi muito bom escutar cada um e cada uma. Eu queria agradecer a todos que trouxeram as suas contribuições diversas.

Obrigada, gente.

ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTE (Talíria Petrone. Bloco/PSOL - RJ) - Tendo sido alcançada a finalidade desta Comissão Geral, dou por encerrada a presente sessão.

Documento 26/28

136.2025

Sessão Ordinária - CD

16/07/2025-12:32

Publ.: DCD - 17/07/2025 -
129

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

A Deputada criticou a incoerência entre a realização da COP 30 no Brasil e a iminente votação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2001, apelidado de “PL da Devastação”, que dismantela o licenciamento ambiental e ameaça os biomas nacionais em favor de interesses econômicos predatórios. Alertou para os impactos da flexibilização ambiental, como queimadas, grilagem, rios contaminados e tragédias climáticas. Além disso, denunciou o assassinato do jovem indígena Everton Lopes Rodrigues no Paraná, ressaltando o contexto de violência contra defensores da floresta. Ademais, defendeu a demarcação das terras indígenas como resposta à crise climática e afirmou que um futuro sustentável depende da preservação ambiental e da valorização de povos tradicionais. Por fim, rejeitou projetos que ameaçam o meio ambiente e reafirmou o compromisso com justiça climática, justiça social e soberania nacional.

A SRA. JULIANA CARDOSO (Bloco/PT - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e público que nos acompanha pela TV Câmara.

Eu venho aqui falar sobre a realização da COP 30 no Brasil, neste ano. Ela é um marco fundamental, mas só será legítima se houver uma coerência entre o discurso internacional e a ação concreta.

É inaceitável, senhoras e senhores, que, ao mesmo tempo que nos preparamos para sediar uma conferência global sobre o clima, esta Casa esteja prestes a votar o que chamamos, com toda razão, de PL da Devastação, que é o Projeto de Lei nº 2.159, de 2001.

Esse projeto representa um retrocesso brutal. Ele praticamente acaba com o licenciamento ambiental, ignora o conhecimento técnico dos órgãos ambientais e abre a porteira para a distribuição dos nossos biomas. Tudo isso é para atender aos interesses, senhoras e senhores, do grande capital predador, que lucra com uma terra arrasada, com a morte do meu povo, o povo originário.

Estamos falando de uma destruição automática e sem freio, com mais queimadas, mais grilagem e mais rios contaminados. A devastação não destrói apenas a floresta, senhoras e senhores, mas também vidas, inclusive a de V.Exas.

Sem licenciamento ambiental, ficamos à mercê de escassez de água, de insegurança alimentar, de avanço de tragédias climáticas jamais vistas, como a que vocês viram no dia de hoje e as que já estamos vivenciamos, enchentes, queimadas e deslizamentos. Estamos diante de um momento decisivo para o futuro do planeta. E quem ousa defender a terra e defender a vida tem sido



ameaçado e assassinado.

No último fim de semana, Everton Lopes Rodrigues, jovem do povo avá-guarani, foi brutalmente assassinado, decapitado no Paraná. Ao lado do seu corpo, uma carta de ameaça explícita à comunidade indígena. E esta é a resposta que, infelizmente, recebem os verdadeiros guardiões das florestas: a morte, como aviso para parar de lutar.

Senhoras e senhores, sinto dizer para quem quer ameaçar e matar: vocês não vão parar o nosso povo indígena.

É preciso dizer com todas as letras: a luta pelo meio ambiente é a luta pela vida. A demarcação das terras indígenas não é apenas uma dívida histórica desta Casa, é também uma resposta concreta da crise climática. Sem povo indígena, sem comunidades tradicionais e sem agricultura familiar não existe um futuro sustentável. Isso é algo que ainda não dissemos com a força suficiente, ou os senhores não querem ouvir.

O Brasil carrega responsabilidade histórica. Somos um país com a maior potência ambiental do mundo. Temos biodiversidade única, matriz energética renovável, saberes ancestrais, que podem nos colocar na liderança da transição ecológica, mas algo exige uma coragem, coragem política.

Temos que enfrentar o *lobby* da destruição, que manda para esta Casa, há décadas, projetos de lei que acabam, por exemplo, com a relação ambiental, como esse projeto que está em pauta.

Precisamos dizer também que a juventude, as mulheres, os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, os trabalhadores do campo e da cidade não vão mais aceitar discursos vazios. Queremos ação, queremos políticas que unam soberania nacional, justiça social e justiça climática.

Não adianta sediar a COP 30 se, ao mesmo tempo, aprovamos leis que rasgam o nosso presente e o nosso futuro.

Eu termino dizendo: não contem conosco para passar a boiada, senhoras e senhores. Contem conosco, com a nossa bancada, com o nosso povo indígena, para defender a árvore, o rio, cada vida e cada floresta, porque a floresta não se negocia, o rio não se vende, o futuro do Brasil não está à venda.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.



136.2025

Sessão Ordinária - CD

16/07/2025-13:40

Publ.: DCD - 17/07/2025 - 149

Reimont-PT -RJ

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou solidariedade aos estudantes do Pará e ao motorista vítimas do acidente ocorrido a caminho do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Saudou a decisão do Colégio Pedro II, sob a liderança da Reitora Ana Paula Giraux, de remover nomes de ditadores de seus prédios, destacando o papel da educação na defesa da democracia. Também criticou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; o chamado “PL da devastação”, que considera uma ameaça ambiental em um momento em que o Brasil se prepara para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA). Por fim, citou o tema da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) para 2025 — “Justiça climática é justiça social” — e reforçou a importância de proteger o meio ambiente como compromisso com a sobrevivência do planeta.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Também quero manifestar a minha solidariedade aos estudantes do Pará, ao condutor do ônibus e aos familiares.

Quero também, Presidente, a exemplo do que já fez a Deputada Jandira Feghali, fazer uma saudação muito especial ao Colégio Pedro II, coordenado pela Reitora Ana Paula Giraux. O Colégio Pedro II é uma pérola da educação pública que temos no Rio de Janeiro. A gente está muito feliz com o movimento que hoje o Pedro II faz no Rio de Janeiro na luta pela democracia com a retirada do nome dos ditadores das unidades e das salas do Colégio Pedro II, porque educação não se faz com totalitarismo e com ditadura.

Presidente, hoje estou muito animado com a perspectiva de que o PL da devastação seja retirado de pauta. Estou muito, muito impressionado com o que a gente está vivendo. Estamos preparando a COP30, e um PL desse tamanho está vindo para prejudicar a questão ambiental no nosso País.

Eu queria lembrar que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, ou melhor, a Defensoria Pública do Brasil, este ano, tem como tema *Justiça climática é justiça social*. Se a gente entender o que a Anadep — Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos propõe para o Brasil na questão ambiental, a gente consegue paralisar esse PL da devastação.

Justiça ambiental é justiça social. Temos que cuidar do planeta. Esta é a única



casa que temos, nós não temos outro lugar para ir.

Documento 28/28

136.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-23:40
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 384	Fernanda Melchionna-PSOL -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. Em seguida, criticou a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, o chamado “PL da Devastação”, por fragilizar o sistema de licenciamento ambiental, especialmente num momento em que o Brasil se prepara para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA).

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós somos a favor deste projeto. Ele, sim, é para beneficiar os pequenos agricultores. Ele, sim, é para aqueles que merecem recursos públicos para enfrentar as estiagens causadas pelos eventos climáticos extremos. Isso é muito importante, porque, infelizmente, nós temos um novo normal, fruto da emergência climática que vivem o Brasil e o restante do planeta.

Ao mesmo tempo em que nós enfrentamos a consequência da pior maneira — no caso do Rio Grande do Sul, com as enchentes de maio do ano passado —, justamente os pequenos e mais atingidos foram excluídos do projeto anterior — e havia emenda do PSOL, que foi rejeitada. Com este projeto, há facilitação para eles e, ao mesmo tempo, reconhecimento. Mas os pequenos serão os mais atingidos, se for votado o projeto que está anunciado para ser votado na sequência.

Presidente, eu não quero crer que a Câmara vá votar o projeto da devastação à meia-noite. Eu não quero crer que isso vai acontecer no País que vai sediar a COP. Nós não abrimos mão da orientação porque temos esse receio.

O PSOL orienta "sim".

